

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 41

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado terá embate sobre o Cart em agosto..... 4

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS pode pagar até R\$ 4.500 para servidor destravar fila de aposentadoria (Previdência)
..... 5

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Benefício assistencial não é aposentadoria (Artigo)..... 7

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS corta aposentadoria de quem tem nome igual ao de outra pessoa (Previdência)..... 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Caixa paga abono salarial para trabalhadores nascidos em novembro e dezembro..... 9

PORTAL R7 - NACIONAL - FOLHA VITÓRIA
SEGURIDADE SOCIAL

Hérnia de disco, diabetes e depressão garantem aposentadoria por invalidez?..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Desenrola tem caráter social e beneficia empreendedores (Editorial)..... 11

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Primeira fase do Desenrola atende consumidor com dívida em banco..... 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - INFORME DO DIA
SERVIDOR PÚBLICO

Projeto proíbe nomeação de pessoas condenadas por racismo..... 14

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recesso informal: o que significa a folga do Congresso e como isso afeta o governo
..... 15

VALOR ONLINE - FIO DA MEADA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: Fatores externos podem influenciar na determinação da alíquota do IVA
..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota do IVA vai ser "calibrada", diz Haddad..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fernando Haddad Imposto sobre renda será reformado com cautela, não vamos ter pressa
..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Quem tem de pagar menos tributo é o cidadão"	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma autoriza municípios e estados a definir alíquotas próprias	25
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Definição de alíquotas gera polêmica na reforma tributária	27
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Taxação a patrimônio cresce, e Estados veem "alternativa" às portas da reforma	29
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governadores divergem sobre texto e defendem mudanças no Senado	32
O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Restaurantes estimam alta de até 20% com unificação de impostos	34
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributação sobre patrimônio cresce e contribui para arrecadação maior	35
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil deve ter o maior IVA do mundo, aponta Ipea	36
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
É #FAKE que reforma tributária acabe com direito a herança	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Após votar dividida, bancada evangélica quer ampliar isenção para igrejas	39
O GLOBO - ON LINE - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária é gol de placa	40
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: agora é no Senado (Artigo)	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma do IR: Haddad quer conversar antes com empresários	42
MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad promete mudanças na folha de pagamento	43
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Desaceleração pelo BC chegou forte', diz Haddad	44
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Prévia do PIB aponta retração de 2% em maio	46
A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	

Alckmin defende queda de juros 'escandalosos'	48
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
PIB dá sinal de recuo e governo culpa juros	49
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Analistas melhoram as projeções	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Juro pode ter impacto, mas não como Haddad diz	52
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
IGP-10 perde força em julho, segundo a FGV	53
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Papéis de bancos fazem Bolsa brasileira fechar em alta de 0,43%	54
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Previsão é Selic em 12% ao ano	55
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa fecha em alta impulsionada por bancos	56
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Retomada perde força na China, mas Brasil deverá ser poupado	57
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula prevê acordo entre UE e Mercosul para 2023	58
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Europeus anunciam R\$ 242 bilhões em investimento na América Latina e Caribe	59
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Rússia eleva imposto sobre petróleo	61

Senado terá embate sobre o Cart em agosto

O Senado vai analisar em agosto um dos projetos mais importantes para a pauta fiscal do Poder Executivo. Trata-se da restauração do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (Cart), proposto no projeto de lei (PL) 2.384/2023, que devolve à Fazenda Nacional o poder de desempatar julgamentos de processos administrativos sobre dívidas tributárias. Ele foi aprovado pela Câmara dos Deputados no início do mês e agora precisa do aval dos senadores.

Com a medida, o Planalto espera turbinar a arrecadação a tempo de fechar a Lei Orçamentária Anual para 2024. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede--AP), estima que a retomada do desempate no **Carf** pode trazer pelo menos R\$ 15 bilhões para o caixa da União, na forma de dívidas tributárias recuperadas.

- A aprovação desse projeto de lei será indispensável para o esforço fiscal que o governo e o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad estão fazendo. É a reconfiguração do **Carf** nos termos devidos - definiu.

Os julgamentos do **Carf** acontecem em câmaras compostas por igual número de representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes. Até 2020, quando havia empate nas decisões, valia o voto do presidente da câmara, que é sempre um representante da Fazenda. Isso mudou com a Lei 13.988, que se originou na chamada MP do Contribuinte Legal (MP 899/2019). Um dispositivo da lei extinguiu o voto de qualidade nos processos administrativos de determinação e exigência de crédito tributário. No novo formato, os contribuintes teriam a vantagem nas votações que terminassem empatadas. A regra foi acrescentada durante a tramitação da MP na Câmara, mantida pelo Senado e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro.

INSS pode pagar até R\$ 4.500 para servidor destravar fila de aposentadoria (Previdência)

Cristiane Gercina

O Ministério da **Previdência Social** pode pagar até R\$ 4.500 de bônus para que servidores administrativos destravem a fila de benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social, hoje com 1,79 milhão de segurados à espera de concessão de aposentadoria, pensão, auxílios e BPC (Benefício de Prestação Continuada)).

Segundo informações obtidas pela reportagem da Folha, o bônus administrativo deverá ser de R\$ 68 por ponto de tarefa concluída. O máximo de pontos a serem feitos é de 67. Os peritos médicos também devem receber bonificação. O valor, que hoje está em R\$ 61,72, pode subir para R\$ 75.

As regras e o valor exato do bônus devem ser publicadas em medida provisória, que ainda não tem data para sair. As condições de pagamento estão em negociação, mas dependendo do que for definido pelo ministério, pode haver recusa dos peritos médicos em participar do programa, diz a ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos), que representa o setor.

A fila de benefícios, que já chegou a 2 milhões em 2022, com a pandemia, aposentadoria de funcionários e greve de servidores e de peritos, tem sido motivo de críticas no governo, até mesmo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em julho, houve a substituição do presidente do **INSS** e a fila foi dos motivos.

Na última terça-feira (11), Lula abordou o assunto. Segundo ele, uma reunião seria feita com representantes do Ministério da Previdência e do **INSS** para debater a fila de espera. "Eu tenho uma reunião essa semana para descobrir qual é o problema que está acontecendo para termos uma fila por volta de 1,9 milhão de pessoas", disse.

"Eu quero saber se a fila é porque não tem dinheiro para pagar os aposentados, por isso que demora. O Bolsonaro fez isso no governo passado. Eu quero saber se é falta de funcionário."

"Não há nenhuma explicação, a não ser 'eu não posso aposentar porque não tem dinheiro para pagar'. Se for isso, tem que ser muito verdadeiro com o povo e dizer o porquê que tem essa fila. Se é falta de funcionário, a

gente tem que contratar funcionário. Se é falta de competência, a gente tem que trocar quem não tem competência", afirmou o presidente da República.

Para Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a publicação da medida provisória com a bonificação e as regras devem compor um conjunto com outras medidas para tentar diminuir a fila. "Esperamos que estas ações, junto com outras, possam ajudar a diminuir a fila de espera", diz.

Pedro Luis Totti, presidente do SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo), afirma que a fila do **INSS** é "um problema crônico", que foi herdado do governo passado, quando não houve investimentos na estruturado do instituto.

"O que está acontecendo é que a maioria deles [funcionários públicos] está analisando os processos de casa, com os seus equipamentos e internet, sem nenhum tipo de ajuda de custo. Essa foi a aposta do governo passado, que também abandonou as agências. São mais de 1.600 agências pelo país funcionando de forma bastante ociosa."

O sindicalista também aponta a falta de reposição de mão de obra como uma das falhas que levou ao aumento da fila de espera. Desde o governo **Temer** não foi feito concurso. O último, realizado ainda na gestão Bolsonaro, no final de 2022, contratou mil novos servidores. O déficit no órgão, no entanto, é de 15 mil.

Embora os peritos médicos já estejam participando de mutirão de perícias que vêm sendo realizadas desde junho, a categoria pode não aderir ao novo programa de bonificação, segundo o vice-presidente da ANMP, Francisco Eduardo Cardoso Alves.

Alves afirma que, nos bastidores, há informações de que o governo pode mudar as regras de bônus, fazendo com que os peritos precisem trabalhar mais para ganhar o mesmo valor que recebem atualmente de bonificação, conforme lei de 2017.

"A proposta de medida provisória para recriação do bônus de desempenho por produtividade foi ideia da ANMP junto ao novo governo lá no início, quando nos

chamaram para conversar. As versões que estou vendo [da medida provisória] vão tornar impossíveis esse programa de produtividade dar certo porque o governo está impondo uma lista de restrições para o perito poder participar e receber", afirma.

"Apesar de eles anunciarem que o bônus vai aumentar para R\$ 75 -antes era R\$ 61-, eles vão diminuir a pontuação de cada tarefa, ou seja, você vai precisar trabalhar o dobro para ganhar esse bônus de R\$ 75 por tarefa."

Em 2017, a lei criou um bônus de R\$ 60 para garantir a revisão dos benefícios do **INSS** por incapacidade. Segundo as regras, a perícia precisava ser feita fora do horário normal de trabalho e o bônus não fazia parte do salário, não servia de base de cálculo para qualquer benefício e não poderia configurar hora extra.

Procurados, **INSS** e Previdência não confirmaram os valores.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/inss-pode-pagar-ate-r-4500-para-servidor-destravar-fila-de-aposentadoria.shtml>

Benefício assistencial não é aposentadoria (Artigo)

Verônica Andrade

O benefício assistencial é uma prestação continuada paga mensalmente pelo **INSS** às pessoas que se enquadram na condição de idosos ou deficientes físicos de baixa renda.

Desse modo, o benefício assistencial, que integra o rol dos benefícios pagos pela **seguridade social** e não necessitam de contrapartida do seu receptor (contribuições mensais pagas em favor do **INSS**), possuem caráter alimentar pessoal, ou seja, não se transferem para outros após o óbito do seu titular.

Assim, o benefício assistencial, por não ser uma aposentadoria, não possui a condição de gerar o pagamento de pensão por morte para os dependentes do falecido que recebia o benefício assistencial (idoso ou deficiente).

Os requisitos para o recebimento desse benefício assistencial para o idoso é a idade de 65 anos ou mais para homens e mulheres, não havendo diferença de idade entre os sexos para o recebimento deste benefício.

Outro requisito é a renda familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo por pessoa do grupo familiar, sendo que os valores recebidos a título de bolsa família e outros benefícios assistenciais não servem como critério de renda familiar, no caso, a existência de outro idoso na casa que já recebe um benefício assistencial não impede que outra pessoa da família também receba o benefício, sendo possível a existência de duas pessoas em uma mesma casa recebendo o benefício assistencial.

Cabe ainda relatar que o recebimento de outro benefício (tipo auxílio doença, aposentadoria ou pensão por morte) por um idoso que compõe o grupo familiar, no valor de até um salário mínimo, não entra no critério de renda familiar, e deste modo, não impede que outro membro do grupo familiar receba o benefício do BPC/LOAS.

O benefício assistencial ao deficiente exige, igualmente, o caráter de renda familiar, e a comprovação da condição de saúde que seja caracterizada como impedimento de longo prazo, ou superior a 2 anos, para o seu recebimento, de modo

que no agendamento do pedido administrativo junto ao **INSS** o requerente deve demonstrar por meio de exames e relatórios médicos a condição de saúde.

Caso o pedido tenha sido negado de forma administrativa pelo **INSS**, é possível a busca do seu direito no meio judicial, vá em busca dos seus direitos.

Verônica Andrade- advogada especializada em direito Pre-videnciário e da **seguridade social** com mais de 15 anos de prática, com escritório sediado na capital sergipana e membro da comissão de direito previdenciário da OAB/SE a mais de 6 anos.

INSS corta aposentadoria de quem tem nome igual ao de outra pessoa (Previdência)

Patrick Fuentes

José Edson da Silva, 71 anos, afirma que já teve a aposentadoria suspensa três vezes por ter o nome igual ao de outro segurado. Se o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) identifica que algum beneficiário com dados parecidos morreu, a renda é bloqueada para evitar a possibilidade de depósitos indevidos.

A interrupção pode ocorrer após a análise do SIM (Sistema de Informação de Mortalidades), da Diretoria de Benefícios da **Previdência Social** ou por informações enviadas pelos cartórios .

O benefício não é cancelado -apenas suspenso- e o **INSS** informou à reportagem que, para reativar o pagamento, é preciso apresentar a documentação que comprove sua identidade.

Nesses casos, o segurado deve acessar o Meu **INSS** e selecionar "Solicitar Emissão de Pagamento Não Recebido". Se houver dúvida, o **INSS** poderá pedir que o segurado vá até uma agência pessoalmente ou envie documentos recentes.

Segundo Paulo Bacelar, diretor do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), o **INSS** fará a verificação de dados como nome, data de nascimento, nome da mãe e número do RG e do CPF. A maior chance de erros ocorre na comunicação entre o cartório e **INSS**, afirma o especialista.

Bacelar afirma que, geralmente, o cartório informa só o nome da pessoa que morreu, o **INSS** identifica ter um beneficiário com dados iguais e suspende o pagamento para analisar se aquela pessoa está viva.

Esse é o caso de José, que já teve a aposentadoria suspensa três vezes por ter um homônimo. Ele diz que houve um erro no cartório de registro e foi à Justiça, mas seu homônimo morreu antes de retificar a falha no cartório.

O especialista informa que não há forma definitiva de impedir a suspensão em casos de erro do cartório relacionados à certidão de óbito de um homônimo.

"Se foi informado ao **INSS** pelo cartório que há um segurado com certidão de óbito fica mais complexo.

Se o **INSS** suspeitar, ele vai abrir todo o processo de averiguação ", disse o diretor do IBDP.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/inss-corta-aposentadoria-de-quem-tem-nome-igual-ao-de-outra-pessoa.shtml>

Caixa paga abono salarial para trabalhadores nascidos em novembro e dezembro

Brasília - Os trabalhadores da iniciativa privada nascidos em novembro e dezembro receberam ontem o abono salarial ano-base 2021. A Caixa Econômica Federal iniciou o pagamento em 15 de fevereiro, baseado no mês de nascimento do beneficiário.

O abono salarial de até um salário mínimo é pago aos trabalhadores inscritos no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) há pelo menos cinco anos. Recebe o abono agora quem trabalhou formalmente por pelo menos 30 dias em 2021, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Para **servidores públicos**, militares e empregados de estatais, inscritos no Pasep, a liberação ocorre pelo Banco do Brasil, nas mesmas datas do PIS. Nos dois casos, no PIS e no Pasep, o dinheiro estará disponível até 28 de dezembro. Após esse prazo, os recursos voltam para o caixa do governo.

Neste lote, 4.202.121 trabalhadores recebem R\$ 4,25 bilhões. Desse total, 3.659.893 têm direito ao PIS; e 544.228, ao Pasep. Os valores pagos a cada trabalhador variam de acordo com a quantidade de dias trabalhados durante o ano-base 2021.

Devem receber o benefício cerca de 22 milhões de trabalhadores, com valor total de mais de R\$ 20 bilhões. Os recursos vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Caixa informou que o crédito será depositado automaticamente para quem tem conta no banco. Os demais beneficiários receberão os valores por meio da Poupança Social Digital, podendo ser movimentada pelo aplicativo Caixa Tem.

Caso não seja possível a abertura da conta digital, o saque poderá ser realizado com o Cartão do Cidadão e senha nos terminais de autoatendimento, unidades lotéricas, Caixa Aqui ou agências, sempre de acordo com o calendário de pagamento.

Dinheiro esquecido - Desde 15 de fevereiro, cerca de 400 mil trabalhadores que esqueceram de retirar o abono do PIS/Pasep -referente a 2020 - podem pedir o dinheiro ao Ministério do Trabalho. Os valores ficaram disponíveis até 29 de dezembro do ano passado, mas

quem perdeu o prazo tem até cinco anos para retirar os recursos, desde que entre com recurso administrativo.

A abertura do recurso administrativo ao Ministério do Trabalho pode ser feita de três formas: presencialmente, por telefone ou pela internet. O pedido presencial pode ser feito em qualquer unidade do Ministério do Trabalho, o que inclui Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego, Gerências Regionais do Trabalho e Emprego, agências regionais, agências do Sistema Nacional do Emprego (Sine) e unidades móveis do trabalhador.

Os pedidos por telefone devem ser feitos por meio da Central Alô Trabalhador, no número 158. As ligações podem ser feitas das 7h às 19h e são gratuitas para telefones fixos e cobradas para celulares. Pela internet, o trabalhador pode fazer o pedido no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital ou por e-mail. Os e-mails devem ser enviados para trabalho.uf@mte.gov.br, trocando uf pela sigla da unidade da Federação onde o trabalhador mora. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Hérnia de disco, diabetes e depressão garantem aposentadoria por invalidez?

Folha Vitória

/
por

Folha Vitória

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) fez um alerta sobre informações incorretas que estão circulando nas redes sociais, principalmente em aplicativos de mensagem.

Segundo o órgão, foi divulgado um decreto falso que garantiria "aposentadoria por invalidez para pessoas com hérnia de disco, diabetes e depressão". Não existe, no entanto, uma lista de doenças passíveis de garantir a aposentadoria por invalidez.

>> Quer receber nossas notícias 100% gratuitas? Participe da nossa comunidade de Saúde no WhatsApp ou entre no nosso canal do Telegram !

O **INSS** esclarece que a pessoa que não puder trabalhar por motivo de saúde pode requerer esse direito pelo aplicativo ou site Meu **INSS**, mas só terá o acesso ao benefício após passar por perícia.

Uma pessoa pode ser impedida de trabalhar por doenças mentais (como a depressão), cardíacas, respiratórias, neurológicas, osteomusculares (como a hérnia de disco), oncológicas e infecciosas.

>> Enzimas para perda de gordura: veja como funciona o procedimento

Também é possível que o agravamento de um quadro acarrete em algo que impossibilite o trabalho, como um estágio grave de diabetes que leve a uma amputação, por exemplo.

Segundo o órgão, para ter acesso à aposentadoria por invalidez, é preciso que o segurado do **INSS** comprove, por meio de perícia médica, estar incapaz para o trabalho de forma permanente.

A pessoa que tenha necessidade de acessar esse direito pode fazê-lo por meio do aplicativo Meu **INSS**. Pelo celular, é possível dar entrada no pedido, acompanhar o processo e agendar a perícia médica

para que seja verificada a impossibilidade de a pessoa trabalhar - seja permanentemente (caso para aposentadoria por invalidez), seja temporariamente (caso para auxílio-doença).

Com informações do Portal R7.

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/hernia-de-disco-diabetes-e-depressao-garantem-aposentadoria-por-invalidez-18072023>

Desenrola tem caráter social e beneficia empreendedores (Editorial)

Começou o programa do governo Lula para reduzir o alto índice de inadimplência dos consumidores brasileiros, uma das consequências da recessão, da pandemia de covid-19 e da elevação da taxa de juros. A primeira etapa garante a extinção de dívidas de até R\$ 100, o que beneficiará 1,5 milhão de brasileiros, que estão impossibilitados de obter qualquer crédito no sistema financeiro. A segunda etapa, prevista para setembro, pode atender 30 milhões de consumidores, com dívidas até R\$ 5 mil.

No caso das pessoas físicas que têm dívidas bancárias de até R\$ 100 (faixa 1), não será preciso negociação, desde ontem elas estão automaticamente com o nome limpo nas instituições bancárias. Com isso, se não tiverem outras restrições, esses consumidores poderão recorrer ao crédito novamente e fazer contratos de aluguel, como parte do acordo dos credores com o governo federal.

Desde já, pessoas físicas com renda até R\$ 20 mil (faixa 2) e dívidas bancárias sem limite de valor também poderão renegociá-las em condições especiais, diretamente com os bancos.

Em setembro, serão beneficiados os devedores com renda de até dois salários mínimos ou inscritos no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), com dívidas financeiras cujos valores não ultrapassem R\$ 5 mil, que também poderão renegociar suas dívidas em condições vantajosas.

O programa emergencial foi elaborado pela Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda para combater a crise de inadimplência, que atinge 70 milhões de negativados, com dívidas contraídas de 2019 até 31/12/2022. A adesão ao programa por credores, beneficiários e bancos é voluntária.

Para cada R\$ 1 negociado, o banco terá R\$ 1 de crédito tributário. É bom para quem deve, que poderá acessar condições melhores de refinanciamento, e para os bancos, que poderão melhorar os balanços e liberar recursos para novos créditos.

Vários bancos já iniciaram seus feirões de renegociação on-line ou presenciais. Oferecem descontos de até 90% sobre o pagamento à vista da dívida ou parcelamento de até 96 meses.

O sucesso do plano, porém, dependerá da taxa de juros, que afeta diretamente a oferta de crédito e a demanda de produtos e serviços. O maior volume de crédito disponível tende a impulsionar o crescimento do país por duas variáveis que compõem o Produto Interno Bruto (**PIB**): o consumo e os investimentos.

Ao final do governo Bolsonaro, após a pandemia, a **inflação** fez com que o Banco Central abandonasse a política de diminuição dos juros e incentivo ao consumo e elevasse progressivamente a taxa Selic, que chegou a 13,75%, a taxa real de juros mais alta do mundo. Em consequência, em abril de 2023, 78,3% dos núcleos familiares do país tinham dívidas. Em 2022, a média total foi de 77,9%.

A crise de inadimplência atingiu em cheio os micro e pequenos empreendedores, que perderam tudo na pandemia, inclusive o crédito, sem o qual não puderam retomar suas atividades. Com o programa Desenrola, isso será possível. Portanto, não se trata apenas de dinheiro para consumo pessoal e familiar, é medida de muito alcance social, por viabilizar a retomada de atividades produtivas e negócios dos pequenos e médios empreendedores.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/18/all.pdf>

Primeira fase do Desenrola atende consumidor com dívida em banco

FÁBIO BITTENCOURT

Quarta maior população do País, com 14,1 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia registrou em maio 41,3% dos adultos endividados.

O estado ocupa a 18ª colocação no ranking nacional do endividamento, de acordo com levantamento mensal da Serasa. Em todo o Brasil são 71,9 milhões de inadimplentes (44%). Desde ontem e até 31 de dezembro de 2023, o consumidor com renda entre dois salários-mínimos (R\$ 2.640) e R\$ 20 mil por mês, e contrato vencido junto a banco, já pode procurar a instituição e tentar um acordo por meio do Desenrola -, programa de renegociação de dívidas do governo federal, um dos compromissos de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesta primeira fase não há limite para o valor da dívida, há isenção do IOF (Imposto sobre Operação Financeira), e possibilidade de parcelamento mínimo em 12 vezes, e máximo de 96.

A reportagem apurou que o dispositivo já está disponível nos aplicativos dos principais bancos participantes da ação, como Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander. Clientes das instituições podem consultar sobre débito em atraso por meio de site e app, e, mesmo não estando elegível, conhecer as condições oferecidas.

Os contratos devem estar com registro ativo e terem sido inscritos nos cadastros de inadimplentes entre 1º de janeiro de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2022.

Na Caixa, por exemplo, há possibilidade de desconto de até 90% para pagamento total à vista. No app do BB aparecem como disponíveis para acordo, operações de crédito como, empréstimo pessoal, financiamento estudantil, de veículo, imóvel, cartão, cheque especial.

De acordo com o "mapa da inadimplência" no Brasil realizada pela Serasa, dívida com banco / cartão de crédito é o principal fator de endividamento no País. De acordo com a gerente Patricia Camillo, a instituição "apoia todas as iniciativas" visando a reestruturação financeira dos brasileiros.

"Vale lembrar que a Serasa foi escolhida como parceira por algumas das principais instituições financeiras do País para ser um dos canais de negociações das dívidas que fazem parte da Faixa 2 do Programa Desenrola. As ofertas estão disponibilizadas na plataforma Limpa Nome do aplicativo e site, desde ontem", diz Patrícia.

Representante do Conselho Regional de Economia na Bahia (Corecon), o professor Edval Landulfo destaca que "todo projeto que visa estimular a economia deve ser elogiado". "Vai cair como uma luva para o inadimplente, dado o alto grau de endividamento no País, sempre acima dos 60 (milhões), 70 milhões", fala.

Landulfo aponta ainda o impacto da crise sanitária de Covid sobre a economia. E lembra que, a despeito da queda nos preços de alguns itens, a **inflação**, no entanto, ainda hoje está aí. "Na pandemia, a perda do poder de compra foi muito acentuada, com aumento generalizado dos preços, sobretudo dos alimentos. E, de um modo geral, os preços não estão caindo (tanto assim)".

Ainda de acordo com o economista, o Desenrola será executado em três etapas, através da publicação de medidas provisórias, com a adesão dos credores e realização do leilão; e adesão dos devedores e período de renegociação. Nesse primeiro momento, as pessoas que têm dívidas em até R\$ 100 poderão ser "desnegativadas". Contudo, esses débitos irão permanecer ativos.

Em uma segunda fase, o público a ser beneficiado pelo programa será o de renda de até dois salários e/ou que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico). A dívida nesse caso não pode ultrapassar a marca de R\$ 5 mil, mas abrange débito junto ao varejo (comércio), e concessionárias (luz, água e telefone).

Socorro financeiro Para a economista e educadora financeira Juliana Barbosa, o programa de socorro financeiro tem o propósito de resolver o "problema da crise de inadimplência" no País. O ponto de atenção, ela diz, é que "o devedor precisa fazer renegociação". "Porque nem o banco é obrigado a oferecer desconto, nem o consumidor é obrigado a aceitar qualquer acordo. Tudo é negociado. Contudo, até mesmo para

isso, é preciso sentar e calcular se, nesse momento de vida, o indivíduo tem condição de assumir parcela de renegociação. E importante organizar o orçamento, cortar gasto e tentar achar espaço. Porque senão serão dois problemas. Renegociar, e isso virar uma bola de neve, com juros sobre juros", alerta Juliana.

"De qualquer forma é um passo muito importante, o de tirar muita gente da inadimplência, algo que tem afetado grandemente a população, e que foi piorado enormemente na pande-mia, com os juros altos que estamos vivendo desde o ano passado. E só para lembrar que o acordo do governo com as instituições prevê a liberação de mais crédito, para que as pessoas voltem a consumir e, e assim fazer a economia girar", afirma.

Bahia registrou em maio 41,3% da população adulta encalacrada

ADESÃO AO DESENROLA

ACORDO

Desde ontem e até 31 de dezembro de 2023, o consumidor com renda entre dois salários mínimos (R\$ 2.640) e R\$ 20 mil por mês, e contrato vencido junto a banco, já pode procurar a instituição e tentar um acordo ISENÇÃO DE IOF Nesta primeira fase não há limite para o valor da dívida, há isenção do IOF (Imposto sobre Operação Financeira), e possibilidade de parcelamento mínimo em 12 vezes, e máximo de 96 NOS APLICATIVOS Dispositivo já está disponível nos aplicativos do principais bancos participantes da ação, como Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander, por meio de app e site REGISTRO ATIVO Os contratos devem estar com registro ativo e terem sido inscritos nos cadastros de inadimplentes entre 1º de janeiro de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2022

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_572071166AC8538145B97C48BBDEB440E81900A32B628B722F0B3CBAC442F6C7E899C56F5035DD5674A702014A94877C897E13A2C4F86E6585B33F8744D7AB98B6D3D9B15A941570DBBA4E98F4D282C917CBDF241D10804F9FFA4DCC9E04F709BC8FD968AE8633E2E7EE6740F580B0DD059C05DB676FC7ACBC98B

Projeto proíbe nomeação de pessoas condenadas por racismo

Pessoas condenadas por preconceito de raça ou de cor e injúria racial poderão ser proibidas de exercer cargo comissionado nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. O veto à nomeação está em análise na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), por meio de um projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Carlinhos BNH(PP).

A proposta recebeu parecer favorável do relator Guilherme Delaroli (PL) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo é vedar a nomeação no âmbito da administração pública, direta e indireta, de pessoa condenada pelos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

"O Estado pode contribuir no combate ao racismo não só com campanhas educativas, mas através do aprimoramento da legislação e cumprimento irrestrito das leis específicas. Por isso, eu acredito na importância desse projeto de lei, que nasceu diante de várias reportagens nos meios de comunicação relatando o sofrimento de pessoas que foram vítimas de racismo. Impedir o acesso de condenados por essa prática abominável ao serviço público é uma forma do Estado mostrar à sociedade que não tolera nem compactua com práticas racistas", esclareceu o deputado Carlinhos BNH.

Ainda de acordo com a proposta, o veto abrange condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena. "O projeto de lei é uma forma efetiva de enfrentamento do crime de racismo e injúria. Creio que o veto de nomeações na administração pública faz o Estado, através dos seus três Poderes constituídos, reafirmar o repúdio à discriminação. Não podemos tolerar qualquer tipo de preconceito", reforçou o representante.

Com o parecer de constitucionalidade da CCJ, o PL 336/2023 também será analisado pelas comissões de **Servidores Públicos** e Segurança Pública.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/11347/18-07-2023.html>

Recesso informal: o que significa a folga do Congresso e como isso afeta o governo

Por Elisa Clavery e Luiz Felipe Barbiéri, TV Globo e g1 - Brasília

Deputados e senadores entraram em recesso parlamentar - o que, na prática, significa uma folga das funções em Brasília.

Oficialmente, a paralisação dos trabalhos começaria nesta terça-feira (18), mas como não houve análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os parlamentares se afastaram das atividades informalmente.

A cada ano, a Constituição prevê um período de trabalho para o Congresso Nacional, que vai de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Isso significa que, com exceção dessas datas, os parlamentares estão em recesso.

?? Para entender: o recesso parlamentar representa um período no qual não há sessões para análise de projetos. Com a paralisação, deputados e senadores podem ficar em suas bases eleitorais. Há, contudo, uma exigência para que esse recesso seja formalizado. Senado e Câmara precisam votar - em uma sessão conjunta - o projeto da LDO, enviado pelo governo como guia para a elaboração do Orçamento para o próximo ano.

Entenda a seguir a interrupção dos trabalhos e possíveis reflexos no governo:

A Constituição estabelece que, anualmente, o Congresso se reunirá entre 2 de fevereiro e 17 de julho e entre 1º de agosto e 22 de dezembro.

Também prevê que a sessão legislativa - equivalente a um ano de trabalho no Congresso - não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias [LDO] .

Apesar disso, é comum que os parlamentares não cheguem a um acordo sobre a LDO antes do dia 18 de julho.

Voltar ao início.

Neste ano, por exemplo, os parlamentares afirmam que, para a elaboração da LDO, seria necessário ter concluído a votação do novo marco fiscal a tempo.

Aprovado pela Câmara, o texto sofreu mudanças durante a análise do Senado. Por isso, ainda precisa passar por mais uma análise dos deputados.

O novo marco fiscal vai substituir o teto de gastos, atualmente em vigor, e mudará a lógica de crescimento de despesas públicas. Se aprovado, os gastos vão crescer de acordo com o aumento da receita.

Voltar ao início.

Como não houve votação da LDO, deputados e senadores entraram no chamado recesso informal - período em que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidem não convocar sessões.

No caso da Câmara, o recesso foi ainda mais antecipado, já que a última sessão plenária aconteceu no último dia 7 - data em que os deputados concluíram a votação da **reforma tributária** e do projeto que favorece o governo em julgamentos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

Voltar ao início.

Há uma diferença fundamental entre o recesso oficial - previsto na Constituição - e o recesso informal.

Quando não há formalização desta folga parlamentar, os prazos regimentais de propostas que tramitam no Congresso continuam a correr.

Por exemplo, as medidas provisórias, utilizadas pelo governo para elaborar leis, têm validade de 120 dias e precisam ser aprovadas pelo Congresso neste período. Quando o recesso é oficial, esta contagem é interrompida durante o período no qual os trabalhos estarão paralisados (de 18 a 31 de julho).

Voltar ao início.

O recesso informal, portanto, traz uma desvantagem para o Executivo: os prazos das MPs continuam a correr, mesmo em um momento no qual os parlamentares não votarão as propostas.

Na prática, o governo terá menos tempo para negociar

projetos de seu interesse.

Como Câmara e Senado ainda divergem sobre o modelo de tramitação das medidas provisórias, o prazo encurtado de negociações pode dificultar a articulação de MPs que ainda não avançaram no Congresso - como a que amplia a faixa de isenção do imposto de renda, por exemplo.

Voltar ao início.

Algumas propostas tramitam no Congresso com base na contagem de sessões do plenário - e não em dias corridos, como as medidas provisórias.

Por exemplo, as comissões especiais que analisam Propostas de Emenda à Constituição (PECs) têm um prazo de 10 a 40 sessões plenárias para votar o relatório final.

Os prazos referentes a sessões de plenário só voltam a ser contados quando o recesso - informal ou não - é interrompido, e as sessões são retomadas. Na prática, portanto, não são afetados.

Voltar ao início.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/18/recesso-informal-o-que-significa-a-folga-do-congresso-e-como-isso-afeta-o-governo.ghtml>

Reforma tributária: Fatores externos podem influenciar na determinação da alíquota do IVA

São Paulo

Na tramitação da **reforma tributária** no Congresso Nacional, talvez o ponto de maior destaque seja a da fixação da alíquota. Meu companheiro deste espaço, Eduardo Salusse, já comentou o mecanismo pelo qual a alíquota do IVA brasileiro será determinada. Este artigo se concentra nos fatores externos ao mecanismo da **reforma tributária** que podem influenciar na fixação da alíquota do IVA (CBS/IBS).

Antes, porém, uma advertência necessária: fala-se na omissão da PEC da **reforma tributária** sobre a alíquota. No entanto, nenhum tributo tem a sua alíquota previamente estabelecida no texto constitucional (com exceção da "banda" do ISS). Mesmo assim, o texto aprovado na Câmara dos Deputados tem dezenas de artigos que dispõe de alguma forma sobre a alíquota do IVA. O mais importante deles parece ser o que estabelece um certo "princípio" da manutenção da carga tributária.

O que entender como "carga tributária", então?

Há quem explique a carga tributária como o volume total da arrecadação dos atuais PIS/COFINS, para a CBS, e ICMS e ISS para o IBS. Se estivermos tratando de volume absoluto de arrecadação, a influência de fatores externos será ainda maior.

Nesse sentido, o crescimento da economia, cuja tendência é aumentar a arrecadação tributária, implicará a redução da alíquota de referência do IVA; e, do contrário, a recessão econômica implicará o aumento da alíquota de CBS/IBS. Esse "movimento anticíclico" não faz muito sentido.

No mencionado artigo deste mesmo espaço, Eduardo Salusse indica que não será considerado o volume absoluto de arrecadação, mas o percentual em relação ao **PIB** e conclui: "o potencial arrecadatório será capturado a partir da relação percentual com o **PIB**, neutralizando estas possíveis influências [da intensidade econômica]". Esse entendimento me parece o mais correto. No entanto, tenho ainda receio de haver impacto de influências externas.

Explico: a arrecadação "tende" a acompanhar a "intensidade econômica" (nisso, Eduardo Salusse está coberto de razão). Só tenho dúvida se a relação é um para um, quer dizer: se o percentual de aumento do **PIB** refletirá automática e identicamente ao percentual de aumento da relação entre arrecadação e **PIB**.

Existem outros elementos e outras circunstância que podem desequilibrar a relação arrecadação/**PIB**.

A sociedade - e, portanto, a economia - é uma entidade viva, que age e reage às disposições legais. As pessoas que a compõem reorganizam-se de forma a buscar a melhor alternativa ao seu próprio interesse - o que não significa necessariamente uma pretensão egoística. Dessa forma, com respeito ao que nos interessa neste texto, outras e novas formas de estruturas mercantis podem surgir, de modo a romper a simetria entre a arrecadação e o movimento do **PIB**.

Em suma, a relação percentual com o **PIB** pode não capturar integralmente o potencial arrecadatório.

Mesmo que assim não seja, a própria atuação do governo pode vir a impactar esse desequilíbrio. Tomemos como exemplo a seguinte hipótese: o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Fazenda no âmbito do **Carf** e do contencioso tributário surte efeitos, aumentando significativamente a arrecadação com passivos referentes a **tributos** do passado em discussão. Como esse aumento deverá ser considerado: será incluído na arrecadação para determinação da relação com o PIS ou não? Lembrando que, como se trata de recuperar "débitos tributários" do passado, a respectiva arrecadação não deve se repetir em períodos seguintes.

A sensação é de que o que designei por "princípio da manutenção da carga tributária" tenha sido uma garantia necessária para aprovação do texto da **reforma tributária** - e ainda será na tramitação no Senado Federal. Acontece que esse "princípio" também cria uma armadilha que deverá ser desarmada, para evitar frustração (mais uma) dos contribuintes.

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da->

***meada/post/2023/07/reforma-tributaria-fatores-externos-
podem-influenciar-na-determinacao-da-aliquota-do-
iva.shtml***

Alíquota do IVA vai ser "calibrada", diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa segunda-feira (17) que o estudo que aponta que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) proposto na **reforma tributária** ficaria em 28% não leva em conta "uma série de fatores".

A estimativa foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Aquele é um estudo que não leva em consideração uma série de fatores", disse Haddad a jornalistas, na chegada ao Ministério da Fazenda. "Não tem análise de impacto, por exemplo, sobre sonegação, evasão, corte de gastos tributários." O cálculo elaborado pelo Ipea considera o texto aprovado pelos deputados. A alíquota estimada em 28,4%, se confirmada, seria a mais alta do gênero no mundo, superando a da Hungria (27%), atualmente a maior.

Questionado se a alíquota ficaria então abaixo de 28%, Haddad afirmou que "tem uma transição para ser feita". A PEC da **reforma tributária**, já aprovada na Câmara dos Deputados, está em debate agora no Senado e novas mudanças podem ser feitas.

"Nós vamos calibrando isso de acordo com a transição. Então começa em 2026 com uma alíquota baixinha para ver o impacto", disse o ministro.

De acordo com a simulação feita pelo Ipea, contribuem para o percentual elevado as isenções incluídas no texto e regimes favorecidos, por exemplo. O estudo acrescenta que, mesmo com IVA mais alto, a **reforma tributária** será positiva para o ambiente de negócios no país.

Para o ministro, as ponderações feitas pelo estudo são positivas.

"Agora, o alerta que o estudo do Ipea faz é bom, porque mostra que, quanto mais exceções tiver, menos vai funcionar.

Então tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>

Fernando Haddad Imposto sobre renda será reformado com cautela, não vamos ter pressa

Mônica Bergamo

Elogiado no mercado financeiro e entre o empresariado por causa da **Reforma Tributária** e do arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), afirma que a discussão sobre a segunda etapa da mesma reforma, que se propõe a mexer em renda e patrimônio, enfrentará resistência muito maior de setores que hoje o aplaudem.

"Mas nós vamos divulgar os dados", afirma. "Como um país com tanta desigualdade isenta de Imposto de Renda o 1% mais rico da população?"

Haddad diz que a primeira etapa da reforma já equivale ao "Plano Real" do terceiro governo de Lula, comparando a medida com o controle da **inflação** no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mas admite que o desafio fiscal "é grande": o próprio Tesouro Nacional vê a necessidade de arrecadação extra de R\$ 102,4 bilhões para que o governo cumpra um de seus maiores compromissos: o de zerar o déficit público em 2024.

Questionado se não terá que aumentar **impostos**, ou cortar investimentos, ele afirma que o governo buscará "corrigir distorções absurdas do sistema tributário" para cumprir a meta, apontando como exemplo "escândalo patrimonialista dos mais execráveis" em regras que beneficiavam empresas no julgamento de suas dívidas com a **Receita Federal**.

"Estamos promovendo a republicanização do estado brasileiro", afirma o ministro.

Ele diz ainda que a taxação da distribuição de lucros e dividendos, que pode atingir a classe média, será discutida com "cautela". E reafirma que o Banco Central tem dificultado o crescimento do país ao manter as taxas de juros em patamares altos. "Mas ele, um dia, acorda."

*

Pesquisa recente da Quaest mostrou que a sua avaliação positiva, que era de 10%, saltou para 65%. O senhor sempre foi um crítico contundente da elite econômica brasileira, definindo-a como "Casa Grande" e dizendo que "ela é Bolsonaro". Quem mudou? O

senhor ou eles? O Brasil é um país truculento. A natureza da nossa sociedade é violenta, embora nem sempre isso seja admitido e verbalizado. Houve uma mudança social importante no país [na última década]. Novos protagonistas chegaram aos altos escalões do Estado brasileiro, graças ao maior acesso às universidades, entre outras conquistas. E a ascensão do Bolsonaro foi de certa forma uma reação ao fato de as portas se abrirem a quem nunca se sentou à mesa.

No Brasil, a classe dominante sempre resistiu à formação de uma classe dirigente distante de interesses particulares de setores e grupos específicos, como ocorre em países ricos e desenvolvidos. Tanto é verdade que a classe dirigente imperial entregou o Estado brasileiro à classe dominante como indenização pelo fim da escravidão.

Seria bom para o país que tivéssemos uma classe dirigente no país, plural, e que pudesse enxergar a floresta, sob diversos pontos de vista, não apenas as árvores. Toda vez que há real alternância de poder no Brasil, ocorre essa tensão porque a classe dominante se sente expropriada de algo que pensa que é dela, que é o Estado brasileiro.

Mas neste momento não há tensão, apenas elogios. A reforma foi pró-mercado? Bom, alguém, no teu lugar, poderia fazer a pergunta oposta: "Houve aumento real de salário mínimo, correção da tabela do IR, aumento de bolsas de mestrado e doutorado, volta do Minha Casa, Minha Vida. Será que você não está recuperando muito rapidamente os programas sociais do governo Lula?"

Na verdade, estamos procurando achar uma linha fina. Acabar com o teto de gastos é uma reforma pró-mercado? Fazer uma **reforma tributária** ansiada há 30 anos é pró-mercado? Tem coisas que são boas para todo o mundo, inclusive para o mercado.

Nosso desafio é recuperar a tese que vigorou nos mandatos anteriores do presidente Lula, de que os de baixo ganharem um pouco mais não significa os de cima perderem. Significa caminhar na direção de uma sociedade mais equilibrada.

Mas a situação hoje é adversa e é remota a possibilidade de repetir o crescimento de governos anteriores de Lula, quando todos podiam ganhar de

fato. Mas o Brasil deve e pode crescer mais. E a **Reforma Tributária** é essencial para isso. É um marco histórico, que já foi comparado, sem exagero, por economistas, como o Plano Real do governo chamado Lula 3. E, de fato, o impacto será da mesma proporção em termos de eficiência econômica.

Os investidores não vão esperar cinco anos pelos efeitos dela [referindo-se ao prazo de transição para que as mudanças sejam implantadas]. Eles vão olhar e dizer: "Bom, o país tomou jeito. Entendeu e resolveu o problema".

A segunda parte da reforma deve mexer com patrimônio e renda, ou seja, no bolso. Será possível aprova-la? Há dez anos, quando tentou aumentar o IPTU como prefeito de SP, o senhor se disse socialista e a favor da distribuição de renda, mas que a Casa Grande não deixava isso ocorrer na velocidade necessária. Eu sou de centro-esquerda, eu tenho uma concepção de sociedade muito diferente da que a gente vive. É lógico que ao longo dos anos eu mudei. Mas meu compromisso com o tema da emancipação das pessoas, de que cada ser humano merece sonhar, projetar um futuro, é um compromisso de vida.

Mas prevê resistência? É claro. Mas nós vamos divulgar os dados. Você acha que um brasileiro que é rico, tem residência no Brasil e dinheiro fora, não tem que pagar pelo rendimento de um fundo off-shore pessoal? Porquê? Qual é o sentido?

E os fundos exclusivos, em que uma pessoa delega as cotas para os seres descendentes e não paga IR nunca? São coisas que chamam a atenção do mundo sobre o Brasil.

O trabalhador hoje está isento [de IR], graças ao presidente Lula, até R\$ 2.640. Você ganhou R\$ 2.650, já paga. E uma pessoa que ganha R\$ 2.640.000,00 está isenta?

Como um país com tanta desigualdade isenta o 1% mais rico da população? Qual vai ser o dia em que nós vamos olhar para o problema e resolvê-lo?

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), vai se empenhar por essa parte da reforma como o fez pela outra? O Congresso Nacional, que vai dar a última palavra, sabe o seguinte: quando você está vivendo um ciclo de bonança, tem para todo o mundo. Agora não tem. E a sua omissão vai significar uma pessoa a mais com fome.

É justo cortar o salário mínimo do Bolsa Família para manter uma isenção, repito, que não existe nenhum outro lugar, a não ser em paraíso fiscal?

Há uma expectativa grande sobre a taxaçaõ da distribuição de lucros e dividendos, hoje isenta. Isso será revisto? Isso vai ser endereçado com mais calma porque não dá para tomarmos uma medida sem considerarmos os impactos no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Uma parte da classe média se organizou em torno dessa "pejetização" e seria fortemente atingida. Por isso que tem que ser uma coisa muito bem-feita, de forma cautelosa, discutindo com a sociedade. E também, provavelmente, com prazo de transição, de adequação, de coibição de planejamento tributário, que é feito única e exclusivamente para abusar do instituto jurídico para fins particulares.

Não dá para fazer de forma atabalhoada. Primeiro porque pode não sair. E segundo porque pode não produzir os resultados que nós desejamos. Nós não vamos ter pressa em relação a isso.

Então demora bastante, pelo visto. Não, porque já tem muito estudo sobre esse assunto.

O Tesouro Nacional divulgou um relatório dizendo que a meta do governo de zerar o déficit primário em 2024 exigirá arrecadação adicional de R\$ 162,4 bilhões e contingenciamento de despesas de R\$ 56 bilhões. Que garantias o governo dá de que não haverá aumento de **impostos** e cortes no orçamento? Ou a meta pode não ser cumprida? Os dados [do Tesouro] estão um pouco superestimados do ponto de vista das despesas, embora o desafio seja grande. Mas o conjunto de medidas que estamos mandando para o Congresso Nacional está muito bem fundamentado.

O **Carf** [referindo-se ao projeto em debate que altera regras dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, beneficiando o governo nas disputas com contribuintes], por exemplo, era uma projeção no começo do ano. Já é uma certeza.

Há vários acordos preestabelecidos com devedores importantes [de **impostos**] e que aguardam a definição do Congresso. Vamos disciplinar a decisão do STJ [Superior Tribunal de Justiça, que deu ganho ao governo em causa de R\$ 90 bilhões contra empresas].

Ainda assim, é tudo uma projeção. Uma coisa é quando você faz uma projeção de algo que está em processo. Outra é quando você já tem uma decisão [legislativa ou judicial], e a Receita faz a projeção.

Até por dever de ofício, a Receita é sempre muito conservadora para fins de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária. Nós estamos fazendo projeções bastante tímidas em relação ao potencial de

arrecadação [de 2024].

No caso dos jogos [referindo-se à nova tributação de apostas esportivas], só para você ter uma ideia, acreditamos que vamos arrecadar entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões. Mas, para o Orçamento, vamos considerar apenas R\$ 2 bilhões, justamente para não gerar insegurança. No caso do STJ, será incluído no orçamento pouco mais da metade do previsto.

O Boletim Focus, que resume as expectativas do mercado, mostra que há uma descrença dos agentes sobre o déficit zero. A projeção é de um déficit de 0,8% em 2024. Mas pega as projeções deles do começo do ano para o déficit de 2023. Era de 1,8%. Foi caindo até chegar a 1%. E eu já dizia em janeiro que terminaríamos o ano com cerca de 1% de déficit. As pessoas foram ajustando as suas previsões. Lembra disso?

É um compromisso então "firmado em cartório" o de que não haverá aumento de imposto? O que eu disse, e repito, é que nós estamos corrigindo distorções absurdas do nosso sistema tributário [o que levará a um aumento de arrecadação].

O Brasil era o único país do mundo que tinha privatizado a sua **Receita Federal** [referindo-se à regra de que o empate no julgamento de uma dívida de **impostos** no **Carf** favorecia as empresas, tirando do governo o voto de desempate]. Chegou a ponto de suspendermos o diálogo com a OCDE [Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os países desenvolvidos] porque ela não aceitaria, dentre seus membros, um país com a **Receita Federal** privatizada.

Era um escândalo patrimonialista dos mais execráveis, uma das heranças péssimas do governo anterior que está sendo corrigida. Lobbies poderosos sofrerá m derrotas importantes. Estamos promovendo a despatrimonialização e a republicanização do Estado brasileiro.

Seu próprio partido, o PT, teme que a busca do déficit zero gere cortes de investimentos. Vamos lembrar que tem uma banda [que flexibiliza a meta]. Se for de R\$ 5 bilhões o déficit, está dentro da banda. Se for R\$ 5 bilhões de superávit, está dentro da banda.

E as despesas? Nós vamos apresentar um Orçamento um pouco menor do que previmos inicialmente porque a **inflação** caiu mui to. O BC manteve o juro na estratosfera. E isso faz com que a projeção de crescimento econômico para o ano que vem seja um pouco menor do que nós imaginávamos. O BC está atrasado, mas ele, um dia, acorda.

O crescimento neste ano, apesar de ainda tímido, surpreendeu. Mas veio sobretudo do agronegócio. Já o consumo das famílias vai ter a pior variação desde a pandemia. Ou seja, não se vislumbra nenhum "espetáculo do crescimento". Isso [forte crescimento] depende mais da autoridade monetária [o Banco Central, que define os juros], que hoje é independente, autônoma, do que do governo.

Do nosso ponto de vista, e do ponto de vista de todo o mundo que produz, o ciclo de baixa dos juros já deveria ter começado. Porque não há nenhuma ameaça inflacionária no horizonte.

Imposto sobre renda será reformado com cautela, não vamos ter pressa

Há duas visões sobre o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Uma diz que, graças à ortodoxia dele, não há ameaça inflacionária. Já no governo há autoridades que o definem como um agente engajado em manter os juros altos para comprometer o crescimento da gestão Lula. Com qual das duas o senhor concorda? A gestão do Banco Central será analisada sob dois aspectos: no governo passado, a Selic foi fixada em 2%. Muita gente celebrou, mas o câmbio se descontrolou. E hoje essa taxa está em 13,75%, com a **inflação** caindo fortemente.

Mesmo quando subiu [em 2022, durante a sucessão presidencial], ela ficou abaixo da **inflação**. Ou seja, a taxa nominal de juros ficou negativa por um longo período. E agora a taxa real está sistematicamente acima da **inflação** -que vem caindo. Se a taxa se mantém no mesmo patamar nominal, significa que a taxa real praticamente triplicou

Essa discussão técnica vai ocupar os economistas de hoje, de amanhã. E é evidentemente esse tipo de inquietação percorre a mente das pessoas.

De Roberto Campos ser um agente desestabilizador? De ter um viés. Será que, se o governo Bolsonaro tivesse sido reeleito, o tratamento seria esse? É uma pergunta que boa parte da classe política faz hoje.

Nem posso fazer essa pergunta porque eu tenho que tratar com o corpo técnico e com os diretores do BC. E esse tipo de especulação subjetiva não me ajuda.

O que me ajuda é sentar e falar "Olha, a taxa de juro real no Brasil está em 10%. E não há nenhuma economia do mundo que resista a uma **inflação** de 3%, 4%, com essa taxa real de juro. Pode comprometer, inclusive, o ajuste fiscal".

Ainda que os juros comecem a cair, como se espera,

seus efeitos só serão sentidos depois de muito tempo. As famílias seguirão endividadas, com pouco espaço para gastar, e o crédito, restrito. É verdade que, sobre o gasto primário do governo, sobre o consumo das famílias, uma queda de taxa de juro a curto prazo tem pouco efeito. Mas não sobre o investimento. Quando a curva de juro começa a cair, as empresas conseguem ir a mercado contratar taxas futuras [menores que as atuais]. Portanto o investimento, que é a variável-chave de uma retomada do crescimento, pode acontecer desde já.

Como um país com tanta desigualdade isenta o 1% mais rico da população? Qual vai ser o dia em que nós vamos olhar para o problema e resolvê-lo?

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50341&anchor=6480402&maxTouch=0&_ga=2.197942767.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=77962387c2ce36a6ffa4af36823a6a8c

"Quem tem de pagar menos tributo é o cidadão"

HENRIQUE FREGONASSE*

O presidente do Sindicato Nacional de Analistas Tributários (SindiReceita), Thales Freitas, acredita que a **reforma tributária** ainda deve percorrer um longo caminho até sua implementação.

Em entrevista no CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília - Freitas afirmou que a parte do texto que versa sobre a criação do Conselho Federal do Imposto sobre Bens e Consumo (IBS) deve ser o principal alvo de emendas no Senado, pois os grandes estados pleiteiam maior participação no conselho.

Segundo Thales Freitas, a reforma tem dois principais objetivos: a busca por justiça fiscal e o fim do que chamou de "guerra fiscal" entre os estados.

O presidente do SindiReceita explicou que o texto prevê a criação de um Conselho Federal do IBS, que tem o objetivo de coordenar a distribuição desse tributo por estado. Para ele, a medida por si só "já traz uma certa guerra fiscal", pois estados com grande arrecadação almejam participação maior dentro do conselho.

Freitas afirma haver pontos a esclarecer, como a composição do conselho, o nível de autonomia e se afetará o pacto federativo.

"Caso haja alterações no texto no Senado, provavelmente será na parte do Conselho Federativo (do IBS)", argumentou.

Para Freitas, as alterações no texto da **reforma tributária** pode ocasionar um "pingue-pongue" dentro do Congresso, entre Senado e Câmara. "Agora é que essa reforma está começando", afirmou o especialista.

Justiça fiscal

Thales Freitas comentou, também, sobre o que entende ser o principal objetivo da reforma: a justiça fiscal. Para ele, o texto ainda é "tímido" nesse sentido, porque não incide sobre o patrimônio e a renda, mas sim sobre o consumo. Freitas explicou que a reforma traz uma pequena alteração no IPTU, assim como uma tributação sobre embarcações e aeronaves, mas que isso ainda está longe de ser o suficiente.

O presidente afirmou que o foco da reforma é, acima de tudo, beneficiar o consumo do trabalhador ao diminuir a oneração tributária sobre ele, e não necessariamente as empresas produtoras.

"Quem tem de pagar menos **tributos** é o cidadão, a pessoa física que acorda cedo para trabalhar.

Essa não-cumulatividade, ou seja, essa compensação nas cadeias de produção até a prateleira do supermercado, vai trazer um benefício, uma redução de valor (pelo menos é o que se pretende) para que o contribuinte lá na ponta, a dona de casa consiga adquirir um produto mais barato, com uma menor carga tributária", explicou.

Apesar disso, Thales Freitas lembrou que o texto da reforma prevê a isenção ou diminuição das alíquotas sobre produtos essenciais, como os relacionados à saúde, medicamentos, produtos agrícolas de consumo básico, assim como a tributação sobre a educação e produções culturais e artísticas. Para ele, esse é um dos principais benefícios da reforma.

O presidente opinou, ainda, sobre o Imposto Seletivo, que apelidou de "Imposto do Pecado".

Explicou tratar-se de uma alíquota seletiva, que será mais severa para a produção, comercialização e importação de produtos que sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, por isso o apelido. Freitas cita, como exemplos, o cigarro, as bebidas alcoólicas e os agrotóxicos.

Ele reconheceu a contradição a respeito dos agrotóxicos, pois apesar de prejudiciais ao meio ambiente, são essenciais à grande maioria da produção agrícola. Freitas lembrou que o texto em análise no Senado prevê isenção ou diminuição tributária a produtos de consumo básico da população.

*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/18/all.pdf>

Reforma autoriza municípios e estados a definir alíquotas próprias

Idiana Tomazelli

A **Reforma Tributária** autoriza estados e municípios a definir suas próprias alíquotas no IBS (**Impostos** sobre Bense Serviços), novo tributo que será criado no lugar dos atuais ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto Sobre Serviços).

O formato tem sido usado por críticos da reforma para reforçar a artilharia contra a proposta, sob a justificativa de que isso anula o esforço de simplificação do Sistema Tributário Nacional.

O argumento é rejeitado por defensores do texto, que veem possibilidades limitadas de variação das alíquotas de um lugar para outro. Eles também afirmam que o dispositivo assegura a autonomia de estados e municípios, algo tão reivindicado justamente pelos críticos da proposta.

Há ainda um custo político não desprezível como barreira à instituição de uma cobrança maior do que a exercida no restante do país -o que é visto como vantagem ou como problema, a depender da ala que analisa a questão.

Sob uma perspectiva positiva, o ônus político conteria o ímpeto de governantes de elevar a tributação sobre seus contribuintes. Do ponto de vista negativo, haveria pressão pela fixação de uma alíquota de referência o mais elevada possível para atender a todos os entes sem individualizar desgastes.

A PEC aprovada na Câmara prevê a unificação de cinco **tributos** sobre consumo em dois novos, o IBS (de competência estadual e municipal) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal. A transição seria iniciada em 2026, com previsão de migração completa em 2033.

O governo tem sido cobrado a apontar em quanto devem ficar as alíquotas dos novos **impostos**, mas os números ainda são mantidos sob sigilo. Estimativas preliminares indicavam uma cobrança próxima a25%, quando somados o IBS e a CBS, mas a carga final vai depender também do alcance das exceções setoriais, que foram ampliadas na reta final da tramitação na Câmara.

O texto diz que, após a promulgação da PEC, uma resolução do Senado vai fixar a alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, "que será aplicada salvo disposição em contrário em lei específica".

A lei específica em questão deverá ser aprovada no Legislativo local e poderá definir o patamar de cobrança em seu território, mesmo que isso signifique uma alíquota distinta da aplicada nos demais lugares. Há ainda a opção de estados e municípios vincularem de forma automática suas alíquotas à referência estipula-a pelo Senado.

Técnicos que acompanham as discussões explicam que o trecho é importante para garantir a autonomia federativa, um princípio gravado na Constituição. Hoje, essa liberdade já existe: cada estado ou município define a alíquota a ser cobrada dos contribuintes.

A diferença é que, após a reforma, a escolha se dará no âmbito de um sistema bem mais simples do que o atual, em que governadores e prefeitos fixam inúmeras alíquotas, diferenciadas conforme bens, serviços ou setores.

A PEC prevê, de forma expressa, que a cobrança definida pelo ente "será a mesma para todas as operações com bens ou serviços", à exceção dos regimes específicos ou favorecidos previstos no próprio texto constitucional. Ou seja, mesmo que o ente queira adotar uma alíquota maior ou menor, ela será única para todos os bens e serviços alcançados pelo IBS.

Além disso, os técnicos observam que o governador ou prefeito que quiser elevar a alíquota do IBS em seu território precisará "arcar com o ônus político" dessa decisão.

Se o desejo foro de reduzir a cobrança, o texto impede que a perda de receita decorrente seja financiada de forma indireta por outros entes por meio da transição federativa -período em que estados e municípios compensarão uns aos outros para evitar oscilações bruscas de receitas durante a implementação da reforma.

O economista e pesquisador Sérgio Gobetti, especialista na área tributária e que hoje atua na

secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, ressalta que o ônus político de fixar uma alíquota acima da referência tende a ser ainda maior após a PEC, uma vez que a proposta muda o local de cobrança da origem (onde o bem ou serviço é produzido) para o destino (onde ocorre o consumo).

"Hoje, quando o governante aumenta a alíquota, ele tributa o consumo de outro lugar, está invadindo o consumo dos cidadãos de outras localidades. Com a reforma, ele estará literalmente tributando o consumo de seus cidadãos. O pãozinho, a conta de luz, a gasolina... Isso torna mais transparente e republicana a relação do tributo com a sociedade", diz Gobetti.

Segundo ele, não é verdade que a permissão para a mudança das alíquotas anula o objetivo de simplificação do sistema. Em sua avaliação, a ampliação das exceções setoriais gera mais complexidade do que a autorização para estados e municípios fixarem suas próprias alíquotas gerais.

"A demanda de aumento da alíquota deve ser baixa, porque a transição ajuda a assegurar a arrecadação", afirma o economista. Gobetti diz ainda que as mudanças serão sutis e tendem a seguir um padrão. Nos municípios, em que a cobrança hoje se situa entre 2% e 5%, seria de se esperar valo -res intermediários. "Não seriam mais de 5.000 alíquotas. Na prática, no máximo vai ter dez alíquotas, isso já exagerando."

O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda), Carlos Eduardo Xavier, diz que a autorização para cada ente fixar sua alíquota é importante para acomodar as diferentes necessidades. "O país tem dimensões continentais e regiões bem desiguais. Essa possibilidade é fundamental para a autonomia dos estados e municípios", afirma.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50341&anchor=6480402&maxTouch=0&_ga=2.197942767.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=77962387c2ce36a6ffa4af36823a6a8c

Definição de alíquotas gera polêmica na reforma tributária

Idiana Tomazelli

Para defensores, no entanto, texto atende pedido histórico de entes federativos

A **reforma tributária** autoriza Estados e municípios a definirem suas próprias alíquotas no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), novo tributo que será criado no lugar dos atuais Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS). O formato tem sido usado por críticos da reforma para reforçar a artilharia contra a proposta, sob a justificativa de que isso anula o esforço de simplificação do Sistema Tributário Nacional.

O argumento é rejeitado por defensores do texto, que veem possibilidades limitadas de variação das alíquotas de um lugar para outro. Eles também afirmam que o dispositivo assegura a autonomia de Estados e municípios, algo tão reivindicado justamente pelos críticos da proposta.

Há ainda um custo político não desprezível como barreira à instituição de uma cobrança maior do que a exercida no restante do país - o que é visto como vantagem ou como problema, a depender da ala que analisa a questão.

Sob uma perspectiva positiva, o ônus político contaria o ímpeto de governantes de elevar a tributação sobre seus contribuintes. Do ponto de vista negativo, haveria pressão pela fixação de uma alíquota de referência o mais elevada possível para atender a todos os entes sem individualizar desgastes.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada na Câmara dos Deputados prevê a unificação de cinco **tributos** sobre consumo em dois novos, o IBS de competência estadual e municipal) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal.

O governo federal tem sido cobrado a apontar em quanto devem ficar as alíquotas dos novos **impostos**, mas os números ainda são mantidos sob sigilo. Estimativas preliminares indicavam uma cobrança próxima a 25%, quando somados o IBS e a CBS, mas a carga final vai depender também do alcance das exceções setoriais, que foram ampliadas na reta final da tramitação na Câmara. O texto diz que, após a promulgação da PEC, uma resolução do Senado

Federal vai fixar a alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, "que será aplicada salvo disposição em contrário em lei específica".

A lei específica em questão deverá ser aprovada no Legislativo local e poderá definir o patamar de cobrança em seu território, mesmo que isso signifique uma alíquota distinta da aplicada nos demais lugares. Há ainda a opção de Estados e municípios vincularem de forma automática suas alíquotas à referência estipulada pelo Senado.

Técnicos que acompanham as discussões explicam que o trecho é importante para garantir a autonomia federativa, um princípio gravado na Constituição.

Secretários

Diferenças. Para o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda, a autorização para cada ente fixar sua alíquota é importante devido às diferentes necessidades de cada região.

Quem 'exagerar' terá maior ônus político

O economista e pesquisador Sérgio Gobetti, especialista na área tributária e que hoje atua na Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, ressalta que o prejuízo político de Estados e municípios fixarem alíquotas acima da referência tende a ser ainda maior após a **reforma tributária**, uma vez que a proposta muda o local de cobrança da origem para o destino.

"Hoje, quando o governante aumenta a alíquota, ele tributa o consumo de outro lugar, está invadindo o consumo dos cidadãos de outras localidades. Com a reforma, ele estará tributando o consumo de seus cidadãos. Isso torna mais transparente a relação do tributo com a sociedade", diz Gobetti.

Segundo ele, a permissão para a mudança das alíquotas não anula o objetivo de simplificação do sistema. Em sua avaliação, a ampliação das exceções setoriais gera mais complexidade do que a autorização para Estados e municípios fixarem suas próprias alíquotas.

Haddad contesta estudo do Ipea sobre IVA

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que estimou em 28,4% a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a ser criada na **reforma tributária** não levou "em conta uma série de fatores", entre eles sonegação e evasão. Ainda assim, elogiou o fato de o estudo mostrar que, quanto mais "exceções" existirem, menos a **reforma tributária** irá funcionar.

O Ipea cravou que a IVA brasileiro, para taxar o consumo de bens e serviços, será a maior alíquota do mundo. "O estudo não tem análise de impacto sobre sonegação, sobre evasão, sobre corte de gastos tributários, uma série de questões que precisam ser levadas em conta para fixar a alíquota", disse.

Haddad reiterou que o futuro IVA será calibrado a partir de 2026, iniciando com um valor pequeno. "Eu não estou criticando (o estudo do Ipea), não, é bom ter estudo. Agora, o alerta que o estudo do Ipea faz é bom porque mostra que quanto mais exceção tiver, menos (a reforma) vai funcionar, avaliou o ministro.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Taxação a patrimônio cresce, e Estados veem "alternativa" às portas da reforma

Marta Watanabe e Rodrigo Carro

A receita com **tributos** sobre propriedade ganhou espaço relativo na receita dos Estados, mesmo num ambiente de crescimento mais acelerado da arrecadação total. Os dois **impostos** dessa natureza à mão dos governadores, que incidem sobre a propriedade de veículos e sobre heranças e doações, avançaram de 8,8% da receita tributária própria em 2019 para 10,3% em 2023. A comparação considera os 26 Estados e Distrito Federal e as receitas em 12 meses até abril de cada ano.

A **reforma tributária** sobre consumo, no texto aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados - e à espera de apreciação no Senado - tem gerado simpatia entre os especialistas, que o consideram uma evolução importante.

Mesmo assim, a reforma abre novas possibilidades para os Estados na tributação sobre propriedade e pode ser um caminho na procura receitas, aponta quem acompanha o tema.

Diversos choques nos últimos anos ajudaram a arrecadação total própria dos Estados. Essa receita aumentou 14,1% em termos reais no agregado dos Estados em relação ao período pré-pandemia.

Os **tributos** sobre propriedade tiveram desempenho ainda melhor.

O IPVA, cobrado sobre a propriedade de veículos automotores, avançou em ritmo mais acelerado, com alta de 32,8%. O Imposto sobre Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD ou ITD, dependendo da sigla definida pelo Estado) foi o imposto estadual com maior aumento de receita no período, com alta de 41,5% acima da **inflação**, sempre entre os 12 meses até abril de 2023 contra igual período até abril de 2019.

O ICMS, cobrado sobre circulação de bens e serviços, principal tributo dos Estados, subiu 10,2% em termos reais. Os dados foram levantados pelo Valor dos relatórios fiscais entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional.

Como arrecadação tributária própria foi considerada a receita com **impostos**, taxas e contribuição de

melhoria.

Levantamento elaborado pela Febrafite, federação que reúne as associações de fiscais de **tributos** estaduais, e pelo escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueiredo Lopes (SBSA) Advogados mostra grande diversidade na tributação sobre doações e heranças no país. Isso acontece porque cada Estado pode regular as alíquotas do ITCMD. O levantamento também mostra que em vários locais há espaço para aumento do tributo.

O ITCMD, conforme resolução do Senado que vigora hoje, pode ser progressivo, com definição de alíquotas que aumentam conforme o valor da doação ou da herança.

O teto da alíquota é de 8%.

Apenas 11 dos 27 entes - Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins -, porém, chegam a 8% na cobrança progressiva sobre heranças. Nas doações, são dez - todos os que cobram até 8% sobre heranças, exceto Bahia - entes que cobram ITCMD até a alíquota máxima.

Em uma análise sobre o imposto e os impactos da **reforma tributária**, Aline Souza e Eduardo Szazi, sócios da SBSA Advogados, dizem que uma das razões para a baixa tributação sobre a transferência patrimonial no Brasil é o seu "custo político", na medida em que ela é facilmente percebida pelos contribuintes. "A tributação de heranças e doações seria, no entanto, uma forma eficiente de atender a critérios clássicos de justiça tributária", defendem os advogados.

"Esses **tributos** fazem parte da tributação direta, cujo pagamento é mais visível e que o contribuinte relaciona mais com quem cobra. Diferentemente de um imposto indireto [como ICMS], que o contribuinte nem sabe o quanto está pagando", comenta Rodrigo Spada, presidente da Febrafite.

Ele lembra também que os Estados tendem a olhar mais os **tributos** com maior representatividade na arrecadação.

De acordo com os relatórios fiscais, o ICMS

corresponde atualmente a 77% da receita tributária própria do agregado dos Estados. O IPVA equivale a 8,7% e o ITCMD, a 1,6%. A participação do imposto sobre doações e heranças varia conforme o ente.

Nos 12 meses até abril representou entre 0,2% a 3,3% da receita tributária própria do Estado.

"Só que diante da dificuldade de se arrancar alguma coisa a mais do tributo mais importante, começase a olhar para outras possibilidades", diz Spada. Ele lembra que, além de ter sido alvo de reduções de alíquotas com medidas impostas aos Estados em 2022, o ICMS também está "saturado" e sofre corrosão de base.

Na crise após 2014, lembra Spada, os Estados passaram a buscar alternativas para elevar a tributação e a partir daí alguns governos começaram a elevar alíquotas.

Também há uma troca cada vez maior de informações com outras bases de dados, como da **Receita Federal**, para detectar recolhimentos menores que o devido no ITCMD, destaca. Hoje, diz, os Estados já estão de olho em planejamentos tributários com o imposto. Entre eles, Spada cita o planejamento sucessório com holding, com a "pejotização do patrimônio". "Para detectar isso usam-se fontes de dados como os da Junta Comercial e outros cadastros de empresas." Aline destaca uma mudança no ITCMD no texto da **reforma tributária** aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, com impacto "relevante" para Estados e contribuintes. Trata-se da cobrança do imposto sobre heranças e doações do exterior.

O texto atual da Constituição Federal prevê que uma lei complementar irá regular o assunto e não indica nenhum parâmetro, explica Aline. "Passados mais de 30 anos de inércia do Congresso Nacional, a maior parte dos entes federados passou a regular localmente a cobrança de doações e heranças vindas do exterior." O tema passou a ser objeto de grandes disputas jurídicas e foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Em julgamento com repercussão geral, diz, o STF decidiu que os Estados não podem cobrar o imposto sobre heranças e doações estrangeiras até que seja criada a lei complementar.

O texto da **reforma tributária** aprovado no plenário da Câmara dos Deputados muda esse cenário, aponta, porque cria uma regra nova pela qual estabelece competência para os Estados tributarem doações e heranças do exterior enquanto não houver a lei complementar.

Os Estados, portanto, diz ela, pelo texto, passarão a ter possibilidades de cobrar o ITCMD nessas

situações, ao contrário do que acontece atualmente.

Questionadas sobre os impactos das mudanças no imposto sobre heranças e doações do exterior, a Fazenda do Rio de Janeiro e a de São Paulo preferiram não comentar o assunto enquanto a reforma não estiver concluída.

O Rio é um dos poucos a cobrar a alíquota máxima do ITD, como é chamado o imposto no Estado. Segundo a Fazenda fluminense informa em nota, a elevação da alíquota se deu em 2017 como parte do acordo com o governo federal para que o Estado ingressasse no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2007, informa a Fazenda, foi criada uma Auditoria Fiscal Especializada, com objetivo de desburocratizar processos no pagamento do ITD. De janeiro a maio o imposto representou 2,2% da arrecadação tributária fluminense, segundo a nota.

Em São Paulo foi criado também, ao fim do ano passado, um órgão específico - Unidade Gestora Centralizada - para o ITCMD. O órgão tem sido chamado pelos contribuintes como "delegacia do ITCMD" e tem, entre outras atribuições, reforçar a fiscalização do imposto, informa nota da Fazenda paulista.

Segundo dados dos relatórios fiscais, o ITCMD somou arrecadação de R\$ 4,25 bilhões no Estado em 12 meses até abril deste ano, com alta real de 11,3% em relação a igual período até abril de 2019. A Fazenda paulista diz que há tendência de crescimento nesse período, mas destaca que a arrecadação do tributo é oscilante porque depende de falecimentos e doações.

Ainda no texto da **reforma tributária**, Aline aponta outra novidade sobre ITCMD que considera um avanço. Pela proposta aprovada, ressalta, não irá mais ser cobrado ITCMD sobre as transmissões e doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.

As condições, diz, serão estabelecidas em lei complementar.

"É uma vitória para resolver a discrepância de tributar filantropia.

A filantropia brasileira tem potencial para crescer muito mais, mas enfrenta atualmente, como obstáculo, o sistema tributário brasileiro." O texto da reforma, lembra Spada, também traz mudanças em relação ao IPVA, ao estender a cobrança do imposto a aeronaves e embarcações. "A crítica que se faz a isso é que, apesar de ampliar a tributação, há na proposta muitas exceções, como para embarcações de pessoa física ou de empresas que pratiquem pesca industrial, por

exemplo." Para ele, o melhor caminho nesse caso seria estabelecer a ampliação de tributação e deixar que cada Estado regule as exceções, conforme as características de suas regiões.

O ponto positivo em relação ao IPVA, aponta Aline, é que o imposto entrou entre as previsões do texto da reforma que fazem conexão entre tributação e meio ambiente.

No IPVA, a proposta traz a possibilidade de alíquota diferenciada em função do impacto ambiental.

*

"Diante da dificuldade de se arrancar alguma coisa a mais do tributo mais importante, começa-se a olhar para outras possibilidades"

Rodrigo Spada

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>

Governadores divergem sobre texto e defendem mudanças no Senado

Embora haja consenso sobre a necessidade de aprovação de uma **Reforma Tributária** de maneira célere e o texto aprovado pela Câmara seja, no geral, elogiado, governadores de diferentes regiões do país ainda têm divergências entre si e defendem que mudanças sejam feitas no Senado.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), considera que houve a inserção de uma série de "jabutis" no texto aprovado pela Câmara e defende a revisão. Ele cita, por exemplo, a prorrogação por sete anos de incentivos de IPI para montadoras de veículos. " Isso é um jabuti, é a prorrogação de um regime especial para o setor automotivo que na prática beneficia montadoras na região Nordeste, basicamente.

Não é uma PEC que deve versar sobre esse assunto e esse benefício tem sido prorrogado sucessivamente. Esse e outros regimes especiais deveriam ter acabado há muito tempo" defende o tucano.

Em parte Já Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, diz que "concorda com grande parte do texto" e que ele representa um avanço. "Um novo sistema tributário é necessário e no texto aprovado avançamos com relação à preservação de receita dos municípios e estados.

Quando se migra a tributação para o destino das mercadorias e serviços, quem tem população menor tende a perder, mas conseguimos mitigar essa perda" afirma Casagrande.

Para ele, o Fundo de Desenvolvimento Regional, que deve ser discutido em uma lei complementar, deve ter critérios para beneficiar estados menores e mais pobres. Há disputa quanto ao desenho da distribuição.

Mudanças Já o governador paranaense Ratinho Júnior (PSD) evitou antecipar a discussão de mudanças ao texto. O político declarou apenas que o texto "é uma vitória do Brasil) "Há muito tempo, o país esperava avançar na modernização tributária. Foi um avanço a votação de ontem.

Não teve diferenças regionais, isso mostrou uma maturidade do Congresso e dos governadores de conseguir achar pontos de equilíbrio em todas as regiões do país. Acima de tudo, foi uma vitória da

sociedade, que vai ter um sistema mais moderno, mais transparente) disse.

Melhoras Depois de mudanças feitas pelo relator, como desoneração da cesta básica e redução da alíquota para o agronegócio, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), diz que o texto aprovado na Câmara dos Deputados "está melhor" mas mudanças ainda precisam ser feitas no Senado.

No Senado, o governador diz que vai trabalhar também para que os senadores incluam incentivos para indústrias no Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Segundo ele, a reforma deveria contemplar um crédito presumido de 5% para indústrias se instalarem nessas regiões.

Mauro Mendes também defende que o texto melhore a representatividade dos estados menos ricos do Conselho Federativo.

Otimismo A manutenção do acordo em torno da governança do Conselho Federativo é uma das prioridades do Estado de São Paulo, de acordo com o secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita, segundo o qual, esse formato "contempla as inquietudes do governo de São Paulo) "São Paulo não conseguiu tudo o que queria, mas estamos contentes porque acreditamos na reforma, achamos que é um avanço para o país. Não é perfeita, tem mais exceções (benefícios fiscais) do que deveria) afirma.

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), diz que há consenso entre os governadores do Nordeste para que o Senado amplie o valor do Fundo para R\$ 75 bilhões. O texto aprovado na Câmara prevê R\$ 40 bilhões.

O governador também defende que o parâmetro para distribuição dos recursos esteja previsto na PEC, com valor distribuído seguindo o critério do inverso da renda per capita. "Claro que existem vários formatos possíveis, mas a linha mestra (para critério de distribuição do Fundo) deveria ser essa. E eles precisam estar na PEC. Se deixarmos para lei complementar, você pode desvirtuar o objetivo dele, que é direcionar recursos para combater as desigualdades regionais diz Fonteles.

Ronaldo Caiado (GO) regionais - diz Fonteles.

Outro ponto que precisa ser alterado, avalia o governador, é a regra para gerenciamento de recursos do Conselho Federativo que, pelo texto aprovado na Câmara, pode beneficiar os estados mais populosos.

Retrocesso Único governador contrário à **Reforma Tributária** aprovada na Câmara, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) diz que o texto representa uma "excrecência constitucional" e crítica, em especial, o critério de voto para distribuição do Conselho Federativo. Caso o Senado mantenha o desenho atual, o governador diz que levará o tema ao Supremo Tribunal Federal (STF): "Essa cota por habitante é tão absurda que eu nem sei como defini-la. A prioridade, no Senado, deve ser tirar esse Conselho Federativo.

Você não precisa de um Conselho para distribuir nada. Cada um deveria ser a sua contabilidade.

O que é de Goiás é de Goiás, o que deve ser repassado para outro estado, é repassado.

Da forma como o texto veio, ele não deveria nem ter sido aprovado.

Eles amputaram a nossa perna e depois nos deram uma muleta) completou o goiano

Alckmin admite perdas para Goiás com a **Reforma Tributária**

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do governo Lula, admitiu, em entrevista ao grupo Bandeirantes, reproduzida pelo jornal Valor Econômico, que o estado de Goiás vai perder receitas, caso o texto da **Reforma Tributária** seja aprovado no Congresso Nacional da maneira como está sendo discutido. Ele defendeu a criação do Conselho Federativo, um dos pontos de divergência entre União e governadores.

Alckmin reconheceu ainda a pertinência da discussão sobre origem e destino da tributação e disse que estados como São Paulo e Goiás perdem "um pouco) enquanto o Nordeste "ganha um pouco) "Mas isso elimina a guerra fiscal) pondera, embora esse seja um dos pontos de desacordo da matéria na avaliação de governadores, prefeitos e dirigentes classistas.

Geraldo Alckmin que apoia "pequenos reparos" no texto da **reforma tributária**, que está em discussão no Senado após aprovação da Câmara. "Pequenos reparos serão feitos na **reforma tributária** pelo Senado, por isso é um sistema bicameral. O Senado

deve trazer segurança jurídica para investimentos já realizados. A posição do governo não é tirar empresas de lugar nenhum, mas consolidá-las) afirmou Alckmin, no programa "Bom dia, ministro" da EBC.

Entre os desejos do ministro, está o reestabelecimento da emenda que garante incentivos ao setor industrial. O artigo havia sido retirado pelos deputados e previa benefícios tributários até 2032. "O projeto aprovado na Câmara foi um bom projeto. Não é perfeito, mas 95% (do texto) é avanço." "O objetivo da **Reforma Tributária** não é prejudicar um e ajudar outro. É ter um equilíbrio federativo. (...) Ninguém vai interferir nos recursos de estados e municípios. Ninguém vai tirar dinheiro de ninguém. Não depende nada do Governo federal) analisa o ministro, sobre a composição do Conselho.

Fere autonomia Um dos principais críticos do atual texto da reforma, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB), questiona esse impacto negativo para o estado e diz que a proposta tira ainda autonomia dos entes federados. "São os prefeitos e governadores que conhecem a realidade do cidadão.

Da forma como está, a reforma limita os gestores, prejudica o setor produtivo e impede o desenvolvimento econômico) Como o próprio vice-presidente afirmou, a arrecadação de Goiás será reduzida em um momento em que o estado está em ritmo acelerado de crescimento.

"Nós crescemos 6,6% no último ano, enquanto o país cresceu 2,9%. A reforma ignora isso e quer reduzir nossos recursos.

Além de ser um atraso essa ideia de centralização de recursos) conclui o governador.

Geraldo Alckmin: São Paulo e Goiás podem perder receitas

Eduardo Leite (RS) Ratinho Júnior (PR) Renato Casagrande (ES) Ronaldo Caiado (GO) explica

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230718&p=1>

Restaurantes estimam alta de até 20% com unificação de impostos

A unificação dos **impostos** federais (PIS e Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS) prevista na **reforma tributária** poderá elevar o quanto os restaurantes recolhem e, com isso, os clientes poderão ter que pagar até 20% a mais, diz Roberto Bielawski, fundador e porta-voz da Associação Nacional de Restaurantes (ANR). Simulações feitas pela entidade indicam que o imposto final da atividade (desde a compra de cada ingrediente, produção, até o fornecimento da refeição pronta) ficaria de 14% a 15%. Atualmente, varia de 7% a 8%, segundo o setor.

Com rentabilidade média de cerca de 10%, a mudança na cobrança de **impostos**, segundo a ANR, praticamente eliminaria o lucro. Para sobreviver, afirma Bielawski, haveria a necessidade de reajustar os preços de 15% a 20%.

Ainda na avaliação da ANR, a medida pode trazer outros dois efeitos negativos: a sonegação de **impostos** e a contenção de crescimento. "Há empresas que estão no Simples [Nacional, regime simplificado de recolhimento de **tributos** para micro e pequenas empresas]. Você vai acabar tendo um incentivo enorme para que o setor não se capitalize, não cresça. Ou, pior ainda, vai ter sonegação, como existia antes." Os restaurantes se alinham ao setor hoteleiro na demanda pela manutenção de regime diferenciado de tributação. Na reta final da tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma na Câmara dos Deputados, esses serviços conseguiram entrar em uma lista de atividades que poderão ter alíquotas distintas e regras próprias para abatimento de créditos tributários. Os detalhes ainda dependeriam de lei complementar.

O relator da matéria no Senado, Eduardo Braga (MDB), disse considerar estranhas algumas exceções incluídas no texto da Câmara na última hora. "Faz sentido a exceção para bares? Não sei. Olhando assim, a princípio, é estranho", afirmou no último dia 11.

A preocupação do setor de restaurantes é estar incluído entre aqueles considerados estranhos pelo relator. Sócio-fundador do grupo Ráscal, atualmente dono de 20 restaurantes e seis marcas, Roberto Bielawski declarou que está perto da aposentadoria. "Mas estou vendo que os que continuarem terão grandes dificuldades." Bielawski defende que o

tratamento dispensado aos restaurantes e aos hotéis na **reforma tributária** ignora que de 25% a 30% do custo dessas atividades vêm dos gastos com mão de obra. A ANR calcula que somente o setor empregue diretamente 1,3 milhão de trabalhadores.

Com a retomada da discussão do texto no Senado, restaurantes e hotéis deverão voltar a pressionar para manter a previsão de regime diferenciado de tributação. Um dos argumentos do grupo é o de que o modelo europeu de IVA, inspiração para o novo imposto dual da **reforma tributária**, garante tratamento diferenciado ao setor, para que paguem alíquota menor, junto de outros segmentos.

Segundo dados compilados pela ANR, em ao menos 13 países o imposto cobra do para alimentação, bares, restaurantes e fornecimento de comida para viagem é menor do que o índice padrão. Em média, a alíquota paga pelos restaurantes fica de 10% a 15%.

"Tivemos um trabalho árduo na Câmara para mostrar que, mesmo na Europa, o tratamento é diferente, e conseguimos sensibilizar. Agora é uma nova batalha, vamos levar os dados, procurar o relator e o ministro do Turismo para mostrar que essa etapa também precisa ser muito cuidadosa", disse Bielawski.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Tributação sobre patrimônio cresce e contribui para arrecadação maior

A receita com a tributação sobre veículos, doações e heranças - IPVA e ITCMD, respectivamente - ganhou espaço na arrecadação dos Estados. Em 2019, representava 8,8% da receita tributária própria e atualmente, 10,3%. O levantamento considera os 27 entes federados, no período de 12 meses até abril de cada ano.

Segundo especialistas, os dois **impostos** passaram a atrair a atenção e o "investimento" dos Estados nos últimos anos, por não existir mais muito espaço para a expansão do ICMS - tributo de maior importância para esses governos.

Na soma, a receita total dos Estados subiu 14,1%, em termos reais, em relação ao pré-pandemia. Os **tributos** sobre a propriedade tiveram desempenho ainda melhor.

O IPVA teve alta de 32,8%. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD ou ITD) teve o maior aumento, 41,5% acima da **inflação**.

O ICMS, cobrado sobre circulação de bens e serviços, principal tributo dos Estados, subiu 10,2% em termos reais.

O ITCMD pode ser progressivo, com alíquotas que aumentam conforme o valor da doação ou herança. O teto é de 8%. Hoje, o ICMS corresponde a 77% da receita tributária própria no agregado dos Estados. O IPVA equivale a 8,7% e o ITCMD, a 1,6%.

Para especialistas, a **reforma tributária**, aprovada na Câmara e encaminhada ao Senado, deve ter impacto positivo e abre para os Estados novas oportunidades de receita. Pelo texto, poderão tributar doações e heranças do exterior enquanto não houver lei complementar.

Hoje, a Constituição prevê a necessidade da lei para regular o assunto. Por outro lado, não será mais cobrado ITCMD sobre transmissões e doações para instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.

Outra mudança é no IPVA, com a extensão da cobrança do imposto a aeronaves e embarcações. "Há na proposta muitas exceções, como para

embarcações de pessoa física ou empresas que pratiquem pesca industrial, por exemplo", pondera Rodrigo Spada, presidente da Febrafite, que reúne as associações de fiscais de **tributos** estaduais. Página A12

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>

Brasil deve ter o maior IVA do mundo, aponta Ipea

CAMILA AZEVEDO

Uma nota técnica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro, que vai taxar o consumo de bens e serviços, pode chegar a 28,04%. O resultado alcançado foi tido como base a partir da proposta de **reforma tributária** que foi aprovada na Câmara e seria o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo.

Esse valor ainda vai ser definido em lei complementar.

Inicialmente, a expectativa era que a alíquota ficasse em 25%. Porém, as negociações que levaram a taxas reduzidas e isenções incluídas no texto votado pela Câmara - como no caso dos produtos da cesta básica - devem elevar o percentual.

Sobre o assunto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz acreditar que "no tempo" esse percentual seja inferior.

No estudo do Ipea, intitulado "Propostas de **Reforma Tributária** e seus impactos: Uma avaliação comparativa", três cenários foram levados em consideração: o primeiro analisa a PEC 45 e uma alíquota em 25%. Nesse sentido, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) alcançaria os 5,68% em 2037. Já sobre a PEC 110, com dois tipos de IVA - apresentada no Senado - e uma alíquota de 26,9%, o **PIB** chegaria a 4,48% no mesmo ano.

O terceiro cenário foi projetado a partir da proposta negociada na Câmara.

O Ipea manteve a carga tributária atual e adicionou os efeitos de alíquotas reduzidas em determinados setores, o que levou ao valor de 28,04%. Assim, o **PIB** do Brasil teria 2,38% de crescimento.

A conclusão do estudo é que quanto mais exceções forem oferecidas, maior será a fração que o brasileiro irá pagar.

O economista Rafael Boulhosa explica que esse contexto de uma alíquota elevada se daria pelo fato de necessitar de uma compensação dentro dos gastos públicos.

"Quando há 100% de redução para algumas coisas, 60% para outras, isenções. Aquela arrecadação que viria desses produtos não vai vir. Pelo menos, não forma como vinha. Então, pega tudo isso, a exceções, e a alíquota não pode mais ser 25%. Mas 28%".

"Como é grande a conta para pagar, a gente tem que dar um jeito de arrumar esse dinheiro. Aí, a carga vai para cima. O modelo brasileiro ideal era manter a mesma carga tributária, mas com modelo mais simples.

A **reforma tributária** é essencial para o Brasil. O problema apenas é que se jogou grande parte da discussão para o lixo. Haviam propostas melhores que ajudariam o Brasil a crescer mais", acrescenta Rafael.

Dessa forma, as áreas ligadas ao serviço seriam as mais impactadas. "Mas a vantagem é que tem a simplificação. Por isso gera uma expectativa de crescimento.

A carga tributária no Brasil sempre foi difícil de entender e qualquer simplificação dá um ânimo.

Agora, com certeza, poderia ter sido melhor. Deveria ter um compromisso fiscal mais justo e, sinceramente, não vejo que haja juízo no dinheiro arrecadado pela população", diz

Economista critica a má gestão dos recursos públicos

Mesmo que a alíquota definida para a **reforma tributária** fique em 25%, esse valor ainda seria maior do que a média mundial.

A Dinamarca, Noruega e Suécia, países em que o bem-estar social conta com serviços de primeira linha, adotam essa porcentagem no IVA.

Na Austrália, é 10% e na Nova Zelândia, 15%. A diferença, conforme analisa Rafael, é o manejo do recurso público arrecadado pelo estado.

"Não vejo que a gente tenha uma boa administração para ter isso [IVA a 25%]. Em países de primeiro mundo tem excelente gestão pública. Há preocupação com o recurso público, o que não tem no Brasil.

Não entro no mérito da corrupção, mas na ineficiência.

O estado brasileiro não é eficiente.

O que acontece com esses países é que eles têm uma carga tributária alta, mas chega na ponta, tem boa educação, saúde, segurança.", frisa Rafael.

SIMPLIFICAÇÃO

A perspectiva de crescimento do **PIB** do Brasil em 2,38% no ano de 2037, a partir da proposta aprovada na Câmara, é apontada pelo especialista como fator vindo da simplificação dos **impostos**.

Isso porque será mais atrativo investir no Brasil com um sistema tributário mais favorável. "Muitas empresas de fora do país não querem vir para cá quando olham o emaranhado de coisa que tem".

"Elas não pensam em vir. Quando simplificar o modelo, vai estimular as pessoas a empreender, fica mais simples, tem um ambiente mais favorável.

Alguns empreendedores estavam em dúvida e vão poder investir em novos empreendimentos.

É por isso que tem a expectativa de crescer o **PIB**. Ele ainda é complicado, mas é melhor do que o de hoje, por isso que tem que diga que mesmo não sendo a melhor proposta, é melhor do que está"

Haddad contesta estudo divulgado pelo Ipea: "Não tem análise de impacto"

Uma alíquota de 28% do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), a ser criado pela **reforma tributária**, não considera uma série de fatores, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele rebateu o estudo do Ipea, segundo o qual o futuro IVA ficaria mais alto que os 25% inicialmente previstos por causa das exceções incluídas durante a votação pelos deputados.

As informações são da Agência Brasil.

"Aquele é um estudo que não leva em consideração uma série de fatores. Não tem análise de impacto, por exemplo, sobre [combate à] sonegação, evasão, corte de gastos tributários [eliminação de incentivos fiscais]", declarou Haddad ao chegar ao Ministério da Fazenda, na manhã de ontem.

Baseado no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o estudo do Ipea estima uma alíquota de 28,4% para o IVA, que incidirá sobre o consumo.

Esse percentual garantiria a alíquota mais alta do mundo para **impostos** desse tipo, batendo o recorde

da Hungria, que cobra IVA de 27%.

Segundo o Ipea, as isenções incluídas no texto, o benefício a setores que terão alíquota reduzida em 60% e a criação de regimes especiais estão por trás da alíquota alta. Isso porque, para compensar a desoneração para alguns segmentos da economia, o governo terá de tributar mais o restante dos setores.

Sobre a possibilidade de a alíquota ficar abaixo de 28%, o ministro disse ser necessário avaliar dois fatores. O primeiro é a transição, que começará em 2026 para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a parte federal do futuro IVA, e irá até 2032. "Nós vamos calibrando isso de acordo com a transição. Então começa em 2026 com uma alíquota baixinha para ver o impacto", declarou o ministro.

O segundo fator, citou Haddad, serão eventuais mudanças na **reforma tributária** pelo Senado, que poderá rever algumas exceções concedidas pela Câmara. Com menos isenções e setores com alíquotas reduzidas, a alíquota geral poderá baixar.

Apesar de contestar a estimativa de 28,4% de alíquota, Haddad considerou positivas as ponderações feitas pelo Ipea e defendeu um enxugamento da reforma, com a revisão da lista de exceções. "O alerta que o estudo do Ipea faz é bom, porque mostra que, quanto mais exceções tiver [a **reforma tributária**], menos vai funcionar. Então tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas", declarou.

Mesmo no caso de um IVA alto, o estudo considera a **reforma tributária** benéfica para a economia brasileira, porque melhorará o ambiente de negócios e simplificará a cobrança e o pagamento de **tributos**. Recentemente, o Ipea divulgou um outro estudo, segundo o qual a reforma poderá gerar um ganho de 2,39% no Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2032.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-923058dbc7ad76a4df4c96f9cd2d0e8c.pdf

É #FAKE que reforma tributária acabe com direito a herança

Por Roney Domingos, g1

Circulam nas redes sociais publicações que afirmam que a **reforma tributária** em discussão no Congresso acaba com o direito de herança no Brasil. É #FAKE.

Uma das publicações diz: O fim do direito de herança. A **reforma tributária** da maldade. Outra publicação diz: Sua herança vai ficar com o Estado brasileiro.

O texto-base da **reforma tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados em 7 de julho, prevê, entre outros pontos, alterações na cobrança de transferência de heranças. O documento segue para análise do Senado.

O direito à herança -que não está em discussão na **reforma tributária**- é garantido pela Constituição. Por ser cláusula pétrea, só pode ser alterado com uma nova Constituição.

Como indica reportagem do g1, o texto que recebeu aval no plenário da Câmara inclui:

a tributação progressiva sobre heranças;a cobrança do imposto no domicílio onde a pessoa faleceu;a permissão para maior cobrança sobre heranças no exterior;e a inclusão de isenção do imposto sobre doações a instituições sem fins lucrativos.

Norberto Lednick Junior, especialista em direito tributário e coordenador editorial da IOB, explica que o projeto de **reforma tributária** prevê alterações no o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCMD), já existente. O imposto atualmente é devido no estado onde ocorre o inventário; pela nova proposta, passará a ser devido o estado onde morava a pessoa que morreu.

Também estabelece que o imposto passe a ser progressivo.

O texto também prevê que a cobrança seja feita no local onde a pessoa falecida morava. A medida tem o objetivo de impedir que os herdeiros busquem regiões com tributações menores para elaborar o inventário.

Reforma tributária vai aumentar imposto sobre herança? Veja o que muda

Fato ou Fake Explica:

VEJA outras checagens feitas pela equipe do FATO ou FAKEAdicione nosso número de WhatsApp +55 (21) 97305-9827 (após adicionar o número, mande uma saudação para ser inscrito)

Site: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/07/18/e-fake-que-reforma-tributaria-acabe-com-direito-a-heranca.ghtml>

Após votar dividida, bancada evangélica quer ampliar isenção para igrejas

EDUARDO GONÇALVES E VICTORIA ABEL

A ampliação da isenção tributária a templos e igrejas não foi suficiente para que a bancada evangélica votasse a favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos **impostos** sobre consumo na Câmara. No Senado, a ideia é pressionar o relator da proposta, Eduardo Braga (MDBAM), para conseguir ainda mais benefícios.

A PEC aprovada na Câmara ampliou a imunidade tributária às instituições religiosas contra **impostos** federais, estaduais e municipais. A Constituição já garantia esse benefício, mas só a "templos de qualquer culto". O novo texto agora fala também de "organizações assistenciais e beneficentes" das igrejas.

A "ampliação da ampliação", por sua vez, quer acabar com a tributação para construção e reformas de templos, escolas, asilos, creches e comunidades terapêuticas ligadas às igrejas.

-De certa forma, o texto proposto pela PEC contempla (a demanda da igreja).

Agora nós vamos lutar para clarear mais ainda. Vamos tentar chegar a 100%. Alcançamos 80% -disse o deputado Eli Borges (PL-TO), membro Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, referindo-se às negociações já iniciadas pela bancada no Senado.

Uma das mais influentes do Congresso, a bancada evangélica participou ativamente das negociações. Na hora da votação do texto principal, no entanto, a frente se dividiu ao meio: 64 se manifestaram favoráveis à proposta, e 54, contra, segundo levantamento do GLOBO.

-Ela resolve 80% dos nossos problemas. Mas dá para ampliar mais no Senado - afirmou o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que diz ter votado contra em razão do "açodamento" da votação.

A ideia de ampliar a isenção para as obras já faz parte de uma PEC protocolada neste ano pelo deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos- RJ) e poderia ser incluída no texto da reforma que está no Senado.

Procurado pelo GLOBO, o senador Eduardo Braga se limitou a dizer que ainda vai analisar os pedidos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária é gol de placa

Por Vagner Freitas

O dia 6 de julho de 2023 ficará marcado na História do Brasil como a data em que a Câmara dos Deputados e o governo Lula fizeram um gol de placa com a aprovação da **reforma tributária**. Cabe lembrar que o assunto vem sendo debatido há pelo menos 30 anos, ao longo dos quais cresceu a convicção de que a reforma é necessária e urgente para melhorar a competitividade da produção de bens e fomentar o crescimento da economia.

O tamanho da vitória não pode ser medido somente pelo número de votos favoráveis à PEC da reforma, mas também pelo sucesso de chegar a um consenso sobre um dos temas mais complexos e conflitantes do modelo econômico do país. Agora o texto segue para o Senado, onde esperamos que seja sacramentada a aprovação da proposta.

Com a implementação da **reforma tributária**, a economia entra em outro patamar de racionalidade produtiva, eliminando parte do chamado custo Brasil por meio da redução de despesas inerentes à complexidade tributária vigente. Essas despesas envolviam custos administrativos de manutenção de expertises tributários nos segmentos contábeis e jurídicos por parte do setor produtivo, somente para entender quais os valores reais a serem recolhidos pelas empresas a título de **impostos** sobre o consumo de bens e serviços.

Tais custos alcançavam o próprio governo, para descobrir se os **impostos** recolhidos estavam corretos ou não. A complexidade e a falta de transparência do modelo atual acabavam resultando em sonegações intencionais ou não que prejudicavam a arrecadação, ao mesmo tempo em que oneravam as empresas.

Estas eram penalizadas pelo elevado custo administrativo gerado pelo controle de suas obrigações tributárias, as quais, em grande parte, resultavam em ações judiciais que inundavam o Poder Judiciário, instado a atuar como árbitro da Torre de Babel que o modelo tributário brasileiro virou ao longo do tempo.

Com a **reforma tributária** aprovada em 6 de julho, o Brasil entra finalmente no seleto grupo de países que conta com um modelo tributário moderno e transparente, facilitando a produção e o consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, reduzindo custos indiretos da produção.

Isso por si só já garantirá o aumento da competitividade das nossas empresas em relação às concorrentes internacionais, que já dispõem de um modelo tributário com menor despesa de gerenciamento, o que também contribui para diminuir a bitributação.

O certo é que o Brasil e a indústria brasileira colherão os frutos do lindo gol de placa que foi a aprovação da **reforma tributária**. No médio e longo prazos, teremos ganhos de competitividade e crescimento econômico, proporcionando à população brasileira produtos industriais mais acessíveis.

Em seus primeiros meses, o governo Lula conseguiu atender ao pleito histórico da indústria nacional de simplificação do modelo tributário sobre a produção de bens. Esperamos ainda que o Congresso Nacional e o governo federal continuem surpreendendo positivamente o país, com ações para eliminar outros gargalos da economia, e apresentando também uma proposta de novo modelo de tributação da renda (mais progressivo), capaz de reduzir as desigualdades sociais e aumentar o tamanho do mercado consumidor brasileiro.

*Vagner Freitas é presidente do Conselho Nacional do Sesi

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/07/reforma-tributaria-e-gol-de-placa.ghtml>

Reforma tributária: agora é no Senado (Artigo)

REGINALDO LOPES

Após a aprovação na Câmara dos Deputados, a **reforma tributária** passa agora a tramitar no Senado Federal, que designou Eduardo Braga (PMDB-AM) como relator da proposta. Apesar da autonomia entre as Casas Legislativas, os próprios senadores avaliam que significativas mudanças não devem ser realizadas no texto. Quando instalamos o Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema na Câmara, já nos antecipamos em respeitar e aproveitar o trabalho realizado por lá, já que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 do Senado havia passado por todas as comissões. Desta forma, muito do que os deputados e deputadas aprovaram são projetos apresentados por senadores naquela PEC.

Além disso, a euforia criada no país em torno da aprovação da reforma da Câmara deve impulsionar a aprovação no Senado. Impressionou-me como o assunto se tornou popular e caiu na boca do povo. Por onde passo, chegam pessoas comentando o tema, fazendo perguntas, elogiando nosso trabalho. Isso se deve em grande parte pelo elogiável trabalho da imprensa brasileira, que, entendendo a importância das mudanças, tratou de informar, explicar, popularizar questões tributárias aparentemente complexas, exercendo assim a nobre função do jornalismo de interesse público.

A criação de um novo sistema tributário no país sempre foi uma das bandeiras do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que já estabeleceu intenso diálogo com nosso GT quando o texto era debatido na Câmara. Na semana passada, ele disse entender o "senso de urgência, importância e de relevância" e anunciou que a **reforma tributária** terá prioridade na tramitação e deverá ser votada até outubro, adiantando o calendário antes estabelecido. Para isso, ela será discutida apenas pela Comissão de Constituição e Justiça, para depois ir direto para votação no plenário.

Como sempre tenho afirmado, a **reforma tributária** representa a modernização do Estado. Essa é a razão principal de ela ter possibilitado um alinhamento político que há muitos anos não existia no país. Por estar acima das disputas políticas e ideológicas, ela é tratada com a devida responsabilidade envolvendo todos os poderes e setores da sociedade. Assim como

o Senado acompanhou a primeira etapa, nós, deputados, acompanharemos a tramitação naquela Casa, para contribuir com o acúmulo que adquirimos com todo o debate realizado e facilitar na aprovação quando voltar para a Câmara, caso a proposta passe por mudanças.

Como realista esperançoso, como Ariano Suassuna nos ensinou a ser, tenho a convicção de que o Senado fará sua parte e em breve o Brasil vai usufruir dos benefícios trazidos pela reforma. Que vai se somar aos outros avanços que a economia já experimenta, como crescimento do **PIB** acima das projeções, definição da meta de **inflação**, agora contínua, em 3%, redução dos preços dos combustíveis e da cesta básica, início do programa Desenrola, que já vai extinguir dívidas de até R\$ 100, limpando o nome de 1,5 milhão de brasileiros, e renegociações bancárias de 30 milhões de endividados.

A **reforma tributária** veio para mostrar que, se Brasil se unir em grandes causas, se a classe política pensar primeiro no país e envolver a sociedade em debates democráticos, podemos alcançar avanços civilizatórios, tirando o nosso povo da miséria, oferecendo a todos e todas acesso aos direitos básicos que hoje são negados. Teremos um Estado moderno, produtivo, que vai colocar o Brasil no lugar que merece no mundo, que é do tamanho da grandeza do seu território, suas riquezas e do seu povo criativo e trabalhador.

REGINALDO LOPES. Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Reforma do IR: Haddad quer conversar antes com empresários

VICTORIA ABEL

O Ministério da Fazenda já vem desenhando a segunda parte da **Reforma Tributária**, que recairá sobre o Imposto de Renda (IR). A discussão ainda é embrionária, e o ministro Fernando Haddad quer negociar alguns pontos com o empresariado antes de enviar o projeto de lei ao Congresso.

Aliados do ministro afirmam que não foi definido prazo para o envio da proposta. O contato com grandes acionistas é ainda mais estratégico para a reforma do IR. Isso porque as alterações devem impactar diretamente percentuais de lucros e dividendos de sócios majoritários de empresas.

Na última quinta-feira, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP), disse que o projeto de lei do IR poderia ser enviado por Haddad já em agosto, para uma tramitação na Câmara.

Dessa forma, caminharia concomitante à proposta de emenda à Constituição (PEC) dos **impostos** sobre consumo no Senado.

O líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL), não vê problema em articular os dois assuntos conjuntamente: -Não acho que seria bom esperar. A reforma do IR é importante para que tenhamos justiça tributária.

Mas os governistas divergem sobre a efetividade de uma análise acelerada. Parte deles considera melhor esperar a aprovação da reforma sobre **tributos** do consumo para começar a do IR. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também se mostrou contra uma tramitação conjunta.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), membro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), defende que as discussões ocorram uma de cada vez: - Não dá para misturar, pois são temas sensíveis.

Após a tributária, partiremos para o Imposto de Renda, que também é polêmico.

Angelo Coronel é relator de um texto de reforma do IR que tramita há dois anos no Congresso e está parado na CAE do Senado. A proposta foi enviada pelo

governo Jair Bolsonaro (PL-RJ), redigido pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes. O projeto previa uma alíquota de até 15% para a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos. As negociações travaram após empresários e banqueiros procurarem parlamentares para protestar contra a proposta.

Mesmo apresentando um texto diferente, aliados de Haddad já esperam forte resistência.

Além da tributação de lucros e dividendos, o projeto de reforma do IR poderá trazer a ampliação da faixa de isenção do imposto para pessoas físicas. Lula prometeu durante a campanha que quem ganhasse até R\$ 5 mil não pagaria o tributo.

FOLHA DE PAGAMENTO

Outra mudança que deve ser abordada em um projeto separado será a da folha de pagamento das empresas, conforme Haddad prometeu em reunião com os relatores da **Reforma Tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

As alterações para a folha já estão em estudo. O texto deve tratar da desoneração dos **impostos** previdenciários.

- O governo está estudando tratar desse tema em um projeto apartado - disse Ribeiro.

A ideia, de acordo com o deputado, é que a proposta abarque incentivos para a geração de empregos. Dessa forma, o governo diminuiria **impostos**, mas ganharia uma base maior de contribuição das empresas.

Um pedido do setor de serviços é que o pagamento de **tributos** sobre a folha de funcionários passe a servir como crédito para desconto no pagamento do futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Isso poderia diminuir o impacto de um possível aumento da carga tributária com a reforma dos **impostos** sobre consumo. Mas aliados do ministro negam a possibilidade e argumentam que não é possível misturar contribuição previdenciária com **tributos** de consumo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad promete mudanças na folha de pagamento

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirma compromisso de abordar mudanças na folha de pagamento das empresas em projeto separado da **Reforma Tributária** em discussão no Senado. Em uma reunião com os relatores da **Reforma Tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), na semana passada, Haddad assegurou que as alterações na folha de pagamento não serão incluídas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos **tributos** sobre consumo.

De acordo com o deputado Aguinaldo Ribeiro, o governo está considerando tratar do assunto em um projeto apartado, com o objetivo de abarcar incentivos para a geração de empregos. A proposta envolveria a desoneração dos **impostos** previdenciários, permitindo que o governo reduza **impostos**, ao mesmo tempo em que amplia a base de contribuição das empresas.

O setor de serviços também solicitou que o pagamento de **tributos** sobre a folha de funcionários seja convertido em créditos para abater o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Essa medida poderia amenizar o impacto de um possível aumento da carga tributária resultante da reforma dos **impostos** sobre consumo. No entanto, aliados do ministro argumentam que não é possível misturar a contribuição previdenciária com os **tributos** de consumo, negando a possibilidade de incorporar essa proposta.

No mês passado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou a prorrogação por quatro anos da desoneração da folha de pagamento para 17 setores. Na ocasião, o governo se comprometeu a tratar da redução da carga tributária sobre empregados no contexto da **reforma tributária** em andamento.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20230718#page/12>

'Desaceleração pelo BC chegou forte', diz Haddad

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

A desaceleração da economia obtida pelo Banco Central (BC) por meio dos juros altos está dentro do esperado, mas veio forte e afeta o País, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele comentou o recuo de 2% do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) em maio em relação a abril, divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

"[Está] como esperado [o IBC-Br]. Muito tempo de juro real muito elevado. Nós estamos preocupados, estamos recebendo muito retorno de prefeitos, de governadores sobre arrecadação, a nossa mesma aqui", afirmou Haddad no início da tarde. Divulgado todos os meses pelo BC, o IBC-Br funciona como um tipo de prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos no país).

O ministro voltou a criticar a política de juros altos e disse que taxas reais (juros menos **inflação**) em torno de 10% ao ano prejudicam a economia. "A pretendida desaceleração da economia pelo Banco Central chegou forte. A gente precisa ter muita cautela com o que pode acontecer se as taxas forem mantidas na casa de 10% o juro real ao ano. Está muito pesado para a economia", acrescentou.

Em 1º e 2 de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reúne-se para decidir se mantém a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano ou se começa um ciclo de cortes. Esse será o primeiro encontro após a posse dos novos diretores do BC, Gabriel Galípolo (Política Monetária) e Ailton Aquino (Fiscalização).

Haddad deu a declaração ao voltar de reunião no Palácio do Planalto incluída de última hora na agenda. Segundo o ministro, o encontro tratou sobre eventuais ajudas a cooperativas de catadores de lixo, cuja população pode estar subestimada. "O Cadastro Único [do governo federal] aponta 300 mil pessoas como catadores de materiais recicláveis, mas o número real pode chegar a 1 milhão. A Fazenda foi demandada a traçar cenários para ajudar essa população", disse o ministro.

Alíquota para IVA Uma alíquota de 28% do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), a ser criado pela **reforma tributária**, não considera uma série de

fatores, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele rebateu um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual o futuro IVA ficaria mais alto que os 25% inicialmente previstos por causa das exceções incluídas durante a votação pelos deputados.

"Aquele é um estudo que não leva em consideração uma série de fatores. Não tem análise de impacto, por exemplo, sobre [combate à] sonegação, evasão, corte de gastos tributários [eliminação de incentivos fiscais]", declarou Haddad ao chegar ao Ministério da Fazenda ontem pela manhã.

Baseado no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o estudo do Ipea estima uma alíquota de 28,4% para o IVA, que incidirá sobre o consumo. Esse percentual garantiria a alíquota mais alta do mundo para **impostos** desse tipo, batendo o recorde da Hungria, que cobra IVA de 27%.

Segundo o Ipea, as isenções incluídas no texto, o benefício a setores que terão alíquota reduzida em 60% e a criação de regimes especiais estão por trás da alíquota alta. Isso porque, para compensar a desoneração para alguns segmentos da economia, o governo terá de tributar mais o restante dos setores.

Sobre a possibilidade de a alíquota ficar abaixo de 28%, o ministro disse ser necessário avaliar dois fatores. O primeiro é a transição, que começará em 2026 para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a parte federal do futuro IVA, e irá até 2032. "Nós vamos calibrando isso de acordo com a transição. Então começa em 2026 com uma alíquota baixinha para ver o impacto", declarou o ministro.

O segundo fator, citou Haddad, serão eventuais mudanças na **reforma tributária** pelo Senado, que poderá rever algumas exceções concedidas pela Câmara.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_572071166AC8538145B97C48BBDEB440E81900A32B628B722F0B3CBAC442F6C7E899C56F5035DD5674A702014A94877C897E13A2C4F86E6585B33F8744D7AB98B6D3D9B15A941570DBBA4E98F4D282C917CBDF241D10804F9FFA4DCC9E04F709BC8FD968AE8633E2E7EE6740F580B0DD

059C05DB676FC7ACBC98B

Prévia do PIB aponta retração de 2% em maio

São Paulo - A atividade econômica do Brasil voltou a contrair na metade do segundo trimestre e registrou em maio, sob os efeitos da política monetária restritiva, a maior queda em pouco mais de dois anos, mostraram dados do Banco Central ontem.

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) recuou 2% em maio em relação ao mês anterior, mostrou dado dessazonalizado do indicador que é um sinalizador do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A queda no mês foi a mais intensa desde março de 2021 (-3,5%) e também foi bem pior do que a expectativa em pesquisa da Reuters de estagnação.

O dado de abril foi revisado para mostrar crescimento de 0,8%, depois de uma expansão de 0,56% informada anteriormente. Nos cinco primeiros meses do ano, o IBC-Br registra queda em dois - março e maio.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 2,15%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 3,43%, de acordo com números observados.

"Os detalhes do IBC-Br não são fornecidos pelo Banco Central, mas estimamos que parte do desempenho negativo da atividade em maio deriva do fim da contribuição da produção recorde de grãos na safra de verão de 2022-23", avaliou o economista do Santander, Gabriel Couto, que calcula crescimento do **PIB** de 1,9% este ano.

Depois do impulso dado pelo setor agrícola no início do ano, a economia brasileira enfrenta uma política monetária restritiva, com a taxa básica de juros Selic em 13,75%. Mas de outro lado há uma desinflação no País, além de um mercado de trabalho resiliente, o que pode conter a desaceleração da atividade esperada por economistas.

O BC volta a se reunir no início de agosto, e já indicou que pode cortar os juros, desde que se mantenha cenário de arrefecimento da **inflação**.

Corte - Andres Abadia, economista-chefe de América Latina na Pantheon Macroeconomics, avaliou em nota que o desempenho da atividade no Brasil destaca a necessidade de cortes de juros.

"Vários setores econômicos estão sob pressão diante das condições financeiras mais apertadas, mas a **inflação** baixa, um mercado de trabalho resiliente e condições externas ainda de suporte para as exportações do Brasil sugerem que o crescimento do Brasil não ficará paralisado", disse ele.

Em maio, o volume do setor de serviços cresceu bem mais do que o esperado, 0,9%. Já a produção industrial brasileira voltou a subir, com um crescimento de 0,3% em relação a abril, mas ainda segue abaixo do patamar pré-pandemia.

Por sua vez, as vendas no varejo brasileiro caíram inesperadamente em maio, com uma queda de 1,0% em relação ao mês anterior, sob efeito da política monetária apertada do Banco Central no crédito.

"Olhando à frente, no nosso entendimento a dinâmica do **PIB** de 2023 se dará em dois atos: crescendo mais 0,3% no segundo trimestre, mas perdendo o fôlego e desacelerando gradualmente no segundo semestre, fechando o ano com crescimento de 1,9%", disse o PicPay em nota assinada pelo economista-chefe Marco Caruso e pelo economista Igor Cadilhac.

O IBC-Br é construído com base em proxies representativas dos índices de volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além do índice de volume dos **impostos** sobre a produção.

Haddad - O IBC-Br de maio veio como esperado, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embora o dado tenha frustrado as expectativas do mercado com uma forte contração.

"É como esperado. Muito tempo com juro real muito elevado. Nós estamos preocupados, estamos recebendo muito retorno de prefeitos e governadores sobre arrecadação", afirmou Haddad em entrevista a jornalistas no ministério.

Segundo o ministro, o atual nível da taxa de juros real em torno de 10% é motivo de cautela e seus efeitos podem intensificar uma desaceleração da economia que já é forte.

"A pretendida desaceleração da economia pelo Banco Central chegou forte e a gente precisa ter muita

cautela com o que pode acontecer se as taxas forem mantidas na casa de 10% o juro real ao ano. É muito pesada para a economia", afirmou. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Alckmin defende queda de juros 'escandalosos'

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, voltou a defender a redução da taxa básica de juros do País, fixada em 13,75% ao ano.

Ao comentar as possibilidades de investimentos para o Brasil, Alckmin avaliou a situação econômica do País e disse que os "escandalosos juros" precisam cair.

"As coisas estão caminhando bem: **inflação** em queda, câmbio competitivo, **reforma tributária** aprovada na Câmara, arcabouço fiscal encaminhado. Só faltam os escandalosos juros caírem e nós vamos ter uma geração de emprego ainda mais forte", afirmou.

A declaração foi dada em participação do seminário internacional Cooperativas pelo Desenvolvimento Sustentável, no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_572071166AC8538145B97C48BBDEB440E81900A32B628B722F0B3CBAC442F6C7E899C56F5035DD5674A702014A94877C897E13A2C4F86E6585B33F8744D7AB98B6D3D9B15A941570DBBA4E98F4D282C917CBDF241D10804F9FFA4DCC9E04F709BC8FD968AE8633E2E7EE6740F580B0DD059C05DB676FC7ACBC98B

PIB dá sinal de recuo e governo culpa juros

Fernanda Strickland

O Banco Central divulgou ontem o Índice de Atividade Econômica (IBC- Br) referente ao mês de maio. O indicador é considerado uma prévia de desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**). Os dados indicam um recuo de 2% na comparação com o mês anterior, com ajuste sazonal. Em abril, o indicador tinha mostrado alta de 0,56%.

O resultado foi o pior já registrado para o mês em cinco anos, perdendo apenas para o índice registrado em 2018, quando o IBC-BR caiu 3,08%.

Também foi o pior desempenho mensal desde março de 2021, quando a prévia do **PIB** tombou 3,5%.

A prévia do **PIB** em maio ficou abaixo da mediana das projeções do mercado financeiro, que esperava uma ligeira queda no mês. Em relação a abril de 2022, o IBC-Br teve crescimento de 2,15%. No trimestre encerrado em maio, o indicador avançou 1,63% ante o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2022, houve alta de 3,83%.

Com os dados mostrados ontem, o IBC-Br acumula alta de 3,61% no ano e de 3,43% em 12 meses.

Apesar da frustração do mercado com as projeções sobre a atividade econômica, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o resultado do IBC-Br veio "como o esperado" diante do patamar "muito elevado" do juro real. "É como esperado.

Muito tempo com juro real muito elevado. Nós estamos preocupados, estamos recebendo muito retorno de prefeitos e governadores sobre a arrecadação", disse Haddad em entrevista a jornalistas no ministério.

O ministro também pontuou estar preocupado com a política de juros do BC, ante o encolhimento da economia. "A pretendida desaceleração da economia pelo Banco Central chegou forte. A gente precisa ter muita cautela com o que pode acontecer se as taxas forem mantidas na casa de 10% o juro real ao ano. É muito pesado para a economia, está muito pesado para a economia", observou.

Crédito

Segundo o especialista em crédito internacional Luciano Bravo, o recuo é, por enquanto, um dado pontual. "Ele pode ter sido afetado não só pelas bases

de cálculo, mas também por uma uma maior dificuldade de obtenção de crédito das empresas do mercado", afirmou. "A economia, às vezes, cresce numa uma ligeira velocidade e depois recua quando o mercado sente, muito, a falta de crédito", explicou.

Bravo ressaltou que todos os bancos estão cautelosos.

"Isso também pode dar um recuo no índice, por conta da ausência de um crédito mais abundante. Porém, com todos os estímulos que estão sendo sendo feitos - como o arcabouço fiscal, a **reforma tributária** e outros -, muito provavelmente nós estaremos andando muito bem quando o índice mostrar o mês de junho ou julho", disse.

O especialista explicou ainda que o índice IBC-Br também faz parte da composição para a tomada da decisão de como ficará a Taxa de Juros (Selic). "Isso significa que essa queda, ainda pontual, pode reverter a partir das próximas publicações, e irão demonstrar que isso não vai afetar na previsão de crescimento do Brasil", frisou.

"A pretendida desaceleração da economia pelo Banco Central chegou forte. A gente precisa ter muita cautela com o que pode acontecer se as taxas forem mantidas na casa de 10% o juro real ao ano" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Sítio:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/18/all.pdf>

Analistas melhoram as projeções

Brasília - O mercado financeiro está mais otimista com relação à economia brasileira. Em uma semana, a expectativa de crescimento projetada para o Produto Interno Bruto (**PIB**) passou de 2,19% para 2,24%, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central.

Há quatro semanas, a expectativa das instituições financeiras consultadas pelo BC para a elaboração do relatório semanal com os principais indicadores econômicos era de o ano fechar com um crescimento de 2,14% do **PIB**. Para 2024 e 2025, a expectativa de crescimento está em 1,3% e 1,88%, respectivamente.

Já a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), considerado a **inflação** oficial do País, se manteve estável em 4,95%. Há quatro semanas, a expectativa era de que 2023 fechasse com uma **inflação** de 5,12%. Para 2024 e 2025, a **inflação** projetada pelo mercado está em 3,92% e 3,55%, respectivamente.

A projeção para a **inflação** de 2023 se mantém acima da meta para o ano, definida em 3,25% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com a margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, a meta será considerada cumprida caso oscile entre 1,75% e 4,75%.

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado e é a maior desde janeiro de 2017.

Selic e câmbio - Tanto taxa básica de juros como câmbio se mantiveram estáveis, segundo o boletim Focus desta semana. No caso da Selic, a expectativa é de que feche o ano com uma taxa de 12%. O mesmo percentual foi projetado há uma semana pelo mercado. Há quatro semanas, a expectativa era de que 2023 fechasse com uma Selic a 12,25%. A projeção da Selic se mantém também estável para 2024 em 9,5% e 2025, 9%.

Com relação ao câmbio, a previsão é a mesma há quatro semanas, de que o dólar feche o ano com uma cotação de R\$ 5. Para 2024 e 2025, a expectativa do mercado é de que a moeda norte-americana feche o ano custando R\$ 5,05 e R\$ 5,15, respectivamente. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Juro pode ter impacto, mas não como Haddad diz

CELSO MING

A renda do Brasil despencou 2% em maio em relação a abril, como indica o Índice de Atividade Econômica do Banco Central, o IBC-Br. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pareceu ter forçado o diagnóstico.

Apenas para quem não está habituado com essas siglas, o IBC-Br é uma medida apurada pelo Banco Central que antecipa o comportamento do Produto Interno Bruto (**PIB**). Essa antecipação é bem-vinda porque o **PIB** propriamente dito é medido apenas a cada trimestrecalendário e sai pouco mais de dois meses depois de fechado esse trimestre. A antecipação do Banco Central sai todos os meses e mostra uma foto do que acontecia 45 dias antes.

O tombo do IBC-Br de maio surpreendeu quem se dedica a projetar a atividade econômica.

Mas não dá para aceitar a avaliação do ministro Haddad de que o fator determinante desse recuo tenham sido os juros excessivamente elevados, que teriam empurrado a economia para a paradeira.

Em relação a dezembro, a economia cresceu 1,46%. E no trimestre terminado em maio, sobre o mesmo período de 2022, cresceu 1,63%. Nada indica que os números de todo o ano de 2023 tenham de ser revistos para baixo. A economia deverá avançar entre 2% e 2,5%.

Os juros altos podem, sim, ter impedido um desempenho melhor, mas não tiveram toda essa força atribuída por Haddad.

Tanto não tiveram que os números do primeiro trimestre do ano, tanto das Contas Nacionais (**PIB**) como do IBC-Br, foram muito bons e, no entanto, os juros em 13,75% ao ano já estavam aí desde agosto de 2022.

Outro indicador que esvazia a explicação de Haddad está na evolução do crédito, que continua positivo, apesar dos juros em patamar elevado. Em 12 meses até maio, o saldo total de crédito (livre e direcionado) cresceu 10,4% e 2,4% no trimestre móvel encerrado em maio.

O fator que mais explica a retração do IBC-Br de maio é apenas sazonal. Trata-se do comportamento das safras agrícolas que foi excepcional no primeiro trimestre. A agropecuária cresceu 21,6% sobre o trimestre anterior e foram motivo de muito festejo pelo governo.

Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, as colheitas de soja concentram-se no primeiro trimestre de cada ano e engrossaram os números da produção, com fortes ganhos de produtividade e de crescimento na produção anual. Ficam para depois o milho safrinha, o café e o corte de cana-de-açúcar.

Nem o ministro nem o brasileiro comum precisam perder o sono por causa desse IBC-Br decepcionante. E isso nem mesmo por causa dos juros, que, já em agosto, começarão a cair.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IGP-10 perde força em julho, segundo a FGV

São Paulo - O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) desacelerou a queda em julho, mas ainda teve baixa significativa que levou o indicador a renovar recorde de maior deflação no acumulado dos últimos 12 meses, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ontem.

O IGP-10 teve baixa de 1,10% neste mês, ante recuo de 2,20% em maio, registrando queda de 7,89% em 12 meses, a mais intensa desde o início dos registros desse indicador, que remonta a 1994.

Em julho, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, desacelerou a queda para 1,54%, ante baixa de 3,14% antes.

"A aceleração do preço do minério de ferro (de -8,04% para 3,19%) e as quedas menos intensas registradas para o milho (de -15,63% para -9,49%) e para a soja (de -5,16% para -3,07%) contribuíram para o avanço da taxa do índice ao produtor", explicou em nota André Braz, coordenador dos índices de preços.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), que responde por 30% do indicador geral, passou a mostrar variação positiva de 0,02%, ante queda de 0,18% em junho.

"No âmbito do consumidor, a principal contribuição para a aceleração do IPC partiu da gasolina (de -3,20% para 2,26%), cujo aumento ocorre pela volta da cobrança do **impostos** federais (PIS e Cofins)", disse Braz.

Ao mesmo tempo, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve variação positiva de 0,01% neste mês, após alta de 1,19% em junho.

O IGP-10 é mais um de vários indicadores de **inflação** que têm mostrado trajetória de arrefecimento das pressões de preços no Brasil, elevando a perspectiva de que o Banco Central começará a cortar os juros em breve, possivelmente já no terceiro trimestre. A taxa Selic está atualmente em 13,75%. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Papéis de bancos fazem Bolsa brasileira fechar em alta de 0,43%

VITOR DA COSTA

O Ibovespa fechou em alta ontem, beneficiado pelo avanço dos papéis dos bancos.

Estes compensaram o desempenho mais fraco das ações ligadas a commodities. O principal índice da B3 subiu 0,43%, aos 118.219 pontos.

O sócio e head de renda variável da Monte Bravo Investimentos, Bruno Madruga, destaca que a decepção com o **PIB** chinês traz maiores preocupações sobre a demanda por parte do país asiático, o que tende a impactar os preços de commodities.

No pregão, os contratos futuros de minério de ferro e petróleo fecharam em queda.

Mas o avanço dos bancos compensou o movimento negativo ao longo do dia.

-Há uma expectativa de bons resultados trimestrais na temporada de balanços para os bancos, com redução de inadimplência, e com o programa Desenrola -disse Madruga.

No setor financeiro, Itaú PN (preferencial, sem direito a voto) subiu 1,94% e Bradesco PN, 1,59%. Banco do Brasil ON (ordinária, com voto) avançou 0,88%. As units do BTG Pactual tiveram alta de 3,13%, e as do Santander, de 2,15%.

Petrobras ON subiu 0,03%, mas o papel PN caiu 0,21%. Vale ON recuou 1,11%, e CSN ON, 0,08%.

Usiminas PN cedeu 1,07%.

Já a queda de 2% do IBC-Br, considerado a "prévia do **PIB**", acabou fazendo o dólar subir 0,24%, a R\$ 4,8064.

- O IBC-Br aumentou a perspectiva de corte de juros.

Com isso, o investidor tende a sair, e o real perde valor - disse o operador de renda variável da One Investimentos, Bernard Faust.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Previsão é Selic em 12% ao ano

Brasília - O Boletim Focus do Banco Central divulgado ontem prevê que a taxa básica de juros feche o ano em 12%. O mesmo índice foi projetado há uma semana pelas instituições financeiras consultadas pelo BC. Há quatro semanas, a expectativa era que 2023 encerrasse com uma Selic em 12,25%. A projeção para 2024 ficou em 9,5% e para 2025, em 9%. Já a previsão para o **PIB** passou de 2,19% para 2,24% em uma semana. Há um mês a expectativa era de o ano fechar com alta de 2,14%. Para 2024 e 2025 os respectivos cálculos estão em 1,3% e 1,88%. Já a previsão para o IPCA, a **inflação** oficial, é de 4,95%. Há quatro semanas o cálculo era de 5,12%.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Ibovespa fecha em alta impulsionada por bancos

São Paulo - O Ibovespa fechou com um avanço discreto ontem, marcada por dados mostrando uma recuperação econômica frágil na China, o que pesou sobre ações como Vale, enquanto a forte desaceleração da atividade brasileira revelada pelo IBC-Br reforçou apostas de um corte da Selic no próximo mês.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,43%, a 118.219,46 pontos, após atingir 118.302,34 pontos na máxima do dia e 116.591,12 pontos na mínima. O volume financeiro somou R\$ 18,4 bilhões.

A melhora no pregão brasileiro foi patrocinada particularmente pela alta das ações de bancos, com profissionais do mercado citando expectativas relacionadas aos resultados, além de um sentimento mais positivo com o setor após balanços robustos de bancos norte-americanos na semana passada.

Ações cíclicas domésticas também experimentaram recuperação, após ajustes negativos marcarem a primeira quinzena do mês, tendo de pano de fundo a contração do IBC-Br, sinalizador do **PIB** calculado pelo Banco Central, que trouxe alívio na curva de juros futuros e reforçou expectativas de queda dos juros.

"Embora um corte na taxa básica de juros seja amplamente esperado em agosto, acreditamos que os dados de hoje reforçam nossa visão de um corte de 50 pontos-básicos", afirmou o Bank of America em nota a clientes.

No exterior o **PIB** chinês cresceu 6,3% no segundo trimestre na base anual, ante 4,5% nos três primeiros meses do ano, mas abaixo da previsão de economistas de expansão de 7,3%. Números do mês passado corroboraram a percepção de que a segunda maior economia do mundo perdeu força.

De acordo com o analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima, o noticiário da China trouxe um sentimento negativo no começo da sessão, pressionando papéis como o da Vale. Ele observou que o desempenho de bancos deu apoio à reação, mas ressaltou que persiste a cautela com o ritmo da economia global.

Em Wall Street, o S P 500 fechou em alta de 0,39%, o

que também forneceu algum suporte ao pregão brasileiro, com a temporada de balanços norte-americanos no radar.

Destaques - Itaú Unibanco PN avançou 1,94% e Bradesco PN subiu 1,59%, enquanto Santander Brasil UNIT foi o destaque do setor, avançando 2,15%.

Petrobras PN fechou em baixa de 0,21% em meio ao declínio dos preços do petróleo no exterior, embora tenha terminado distante da mínima do dia. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou à Reuters que o novo plano estratégico da companhia para o período de 2024 a 2028 deverá prever um aporte semelhante ao atual (2023-2027), de cerca de US\$ 78 bilhões, tendo como novidade um olhar para a transição energética.

Vale ON caiu 1,11% na esteira da queda dos futuros do minério de ferro na Ásia. O contrato mais negociado na Dalian Commodity Exchange da China encerrou as negociações diurnas com queda de 0,9%. A empresa divulga nesta terça-feira, após o fechamento do mercado, relatório de produção e vendas. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Retomada perde força na China, mas Brasil deverá ser poupado

Nelson de Sá

Coube ao economista Cao Heping, da Universidade de Pequim, passar a ideia de que a recuperação continua na China, com a expansão de 6,3 % no **PIB** do segundo trimestre de 2023, na comparação ano a ano.

"É um feito duramente conquistado em meio a múltiplos desafios internos e externos", avaliou. "Reflete que a confiança dos consumidores chineses não foi seriamente prejudicada. E que o paradigma de desenvolvimento de circulação dupla [a priorização do consumo interno por Xi Jinping] compensa a desaceleração da demanda externa."

E a formulação oficial, para defender o resultado. Mas serviços financeiros como Viçai, de Xangai, e Caixin, de Pequim, não tinham como esconder que as suas próprias pesquisas, junto a economistas-chefes do mercado chinês, haviam ambas projetado 7%.

O número à primeira vista positivo, 6,3%, causa frustração porque a base de comparação é o segundo trimestre de 2022, quando o crescimento foi mínimo (0,4%) devido às restrições ainda em vigor do programa de Covid zero. Em comparação ao primeiro trimestre de 2023, mais significativa, a expansão do segundo trimestre foi de 0,8%.

Diferentes economistas de bancos e consultorias, como China Minsheng, Zheshang e Zhixin, opinaram que a desaceleração da retomada reflete a cautela na indústria, o mercado imobiliário apagado e um consumo de serviços ainda pouco sólido.

Para o futuro, o que esperam é mais estímulo do governo Xi, inclusive ou sobretudo para melhorar a situação do desemprego entre jovens, que alcançou novo recorde, 21,3% na faixa até 24 anos. É o dado de potencial mais explosivo, politicamente, na própria China.

Projetam-se também os efeitos que os resultados negativos possam ter na economia global, no Brasil inclusive.

Procurada, a secretária do Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, ressalta que no primeiro semestre deste ano a exportação brasileira para a China, na verdade, cresceu 5,9%. Afirma que "bens mais essenciais",

como alimentos, são pouco influenciados pelos movimentos da economia chinesa, como as variações na renda dos consumidores.

"Mesmo que a China cresça num ritmo mais lento, ela continuará demandando soja, milho e carne do Brasil", diz. O maior risco seria para commodities industriais, como minério de ferro e petróleo, que podem ser afetadas por um crescimento mais lento da renda dos consumidores.

"Entretanto, o minério brasileiro é extremamente competitivo, e uma menor demanda global afeta a receita pela diminuição do preço, não do volume, uma vez que outros fornecedores que ofertam pior qualidade são preteridos em relação ao produto nacional", diz Prazeres. "Quanto ao petróleo, parece também haver preferência pelo brasileiro. Foi noticiado que a Sinopec deverá comprar mais petróleo brasileiro em detrimento do óleo mais caro da Arábia Saudita."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50341&anchor=6480402&maxTouch=0&_ga=2.197942767.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=77962387c2ce36a6ffa4af36823a6a8c

Lula prevê acordo entre UE e Mercosul para 2023

(*Agência Brasil*)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem (17), em Bruxelas, na Bélgica, onde participa da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), ter a esperança de concluir um acordo entre a União Europeia (UE) e Mercosul ainda em 2023. Ao lado da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o governante brasileiro observou que a união entre os blocos vai ser de fundamental importância para que os países-membros possam ter condições de enfrentar os grandes desafios do nosso tempo.

Ao externar a preocupação da UE em diminuir a dependência em relação à Rússia e China, Ursula ressaltou que os principais gargalos do grupo estão relacionados aos problemas evidenciados a partir da pandemia da Covid-19 e agravados com a guerra na Ucrânia e os efeitos das mudanças climáticas.

Por isso dou boas-vindas e saúdo o ressurgimento do Brasil como grande ator no cenário global. Isso vem em boa hora e tem um bom impacto positivo para a parceria estratégica entre nossas duas regiões, disse a presidente da Comissão Europeia. Queremos trabalhar de mãos dadas e discutir como conectar mais nossos povos e empresas, reduzir riscos, reforçar e diversificar cadeias de abastecimentos, além de modernizar nossas economias de uma forma que reduza as desigualdades e beneficie a todos, acrescentou.

Lula chegou em Bruxelas no último domingo (16), onde permanece até esta terça (18). Durante o encontro com Ursula, o presidente lembrou que a União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e que o comércio entre o país e o bloco poderá ultrapassar, ainda em 2023, a marca de US\$ 100 bilhões.

Segundo o brasileiro, o crescimento dos países sul-americanos e caribenhos só ocorrerá se for pensado de forma sustentável e regionalmente integrada. Ele lembrou, que na última reunião de líderes sul-americanos, em maio, foi proposta uma atualização da carteira de projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento, reforçando a multimodalidade e priorizando os projetos de alto

impacto para a integração física e digital.

Lula reiterou o compromisso do governo com o controle da **inflação** e o equilíbrio de contas públicas, e que as reservas internacionais do país estão na casa dos US\$ 343 bilhões. E anunciou que o Brasil vai lançar, em breve, um novo plano de investimentos que possibilitará ao país gerar empregos, combater a pobreza e aumentar a renda das famílias.

Promoveremos a modernização de nossa infraestrutura logística, com investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, disse o presidente ao lembrar que o país, além de ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, irá priorizar a geração de energias renováveis, e detém enorme potencial para a produção de hidrogênio verde. (Agência Brasil)

Presidente temporário do Mercosul, Lula cumpre agenda em Bruxelas, na Bélgica

Vamos lançar um novo plano de investimentos que possibilitará ao Brasil gerar empregos e combater a pobreza" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2023/07/lula-preve-acordo-entre-ue-e-mercossul-para-2023.html>

Europeus anunciam R\$ 242 bilhões em investimento na América Latina e Caribe

Ivan Finotti

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou nesta segunda-feira (17) que a União Europeia vai investir mais 45 bilhões (R\$ 242 bilhões) na América Latina e no Caribe, como parte do programa Global Gateway.

O anúncio foi feito na abertura do fórum empresarial da cúpula Celac-UE, em Bruxelas, na Bélgica. O evento reúne até esta terça líderes dos 33 países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os 25 da União Europeia (UE).

"O Global Gateway não faz só diferença pela dimensão. Cria uma nova abordagem e uma nova forma para apostar em novos projetos. É fundamental que o investimento se mantenha no local", disse von der Leyen.

O programa geral prevê, até 2027, um investimento total de 300 bilhões (R\$ 1,6 trilhão) em todo o mundo. Esse dinheiro será usado em projetos de infraestrutura, climáticos e digitais para fortalecer as cadeias de abastecimento da Europa, impulsionar o comércio da UE e ajudar a combater a mudança climática.

No mês passado, em visita a Brasília, von der Leyen já havia anunciado investimento de 2 bilhões (R\$ 10,7 bilhões) em hidrogênio verde no Brasil.

"A América Latina e o Caribe podem vir a ser fornecedores de energia. O setor das eólicas cresce exponencialmente e o próximo passo é transformar isso em hidrogênio verde, que pode ser exportado entre continentes e pode ser usado na indústria local, em setores como aço ou nos carros e caminhões", disse em Bruxelas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, respondeu que lançará nos próximos dias um novo plano de desenvolvimento para o Brasil. "Vamos retomar empreendimentos paralisados, acelerar outros e criar novos projetos. Ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Uma rede banda larga em todo o país será a base da educação. Com a **Reforma Tributária** em curso, simplificamos e tornamos a economia mais eficiente", disse.

"Nos mandatos anteriores, reduzimos o desmatamento em 80%. Desta vez, assumimos o compromisso de acabar com ele em 2030. E, neste primeiro semestre, reduzimos 34% em relação ao ano passado", completou.

Em relação à energia, Lula disse que "87% de nossa eletricidade vem de fontes renováveis, ante a média de 27% no mundo. E 50% de nossa energia é limpa, contra 15%".

Antes, Lula se reuniu a portas fechadas por quase meia hora com von der Leyen.

"Queremos trabalhar de mãos dadas para os desafios dos novos tempos. Nossa ambição é resolver quaisquer diferenças e chegar a acordos de benefícios mútuos", disse a presidente da Comissão.

Lula lembrou que o Brasil menosprezou o comércio exterior e a diplomacia nos últimos anos. "Voltamos para colocar o Brasil no centro das discussões da comunidade internacional", afirmou.

"Temos forte tendência em energia renovável e pode ter certeza de uma coisa: a transição climática passa a ser prioridade de nosso governo", finalizou.

Apesar de o Mercosul estar fora da agenda de discussões, uma das missões de Lula na cúpula é arrancar um compromisso dos europeus de assinar o texto final do acordo ainda este ano.

Nesta terça, em Bruxelas, ele citou diretamente o Mercosul. "Um acordo entre Mercosul e União Europeia equilibrado, que pretendemos concluir ainda este ano, abrirá novos horizontes."

"Queremos um acordo que preserve a capacidade das partes de responder aos desafios presentes e futuros", acrescentou.

Apesar de as negociações para o acordo terem sido concluídas em 2019, em março deste ano, a UE enviou novo documento que prevê sanções em questões ambientais.

Na última sexta-feira (14), o Brasil compartilhou com os demais países do Mercosul uma contraproposta a um texto da União Europeia. É esse novo documento

que, se aprovado no bloco, Lula pretende que os europeus assinem antes de 2024.

Tática do presidente é jogar holofotes na sustentabilidade

A estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na cúpula em Bruxelas é chamar o máximo de atenção possível para o comprometimento do Brasil em relação à sustentabilidade. Com isso, pretende abrir caminho para a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia até o final deste ano.

Nos dois pronunciamentos que fez nesta segunda (17), Lula destacou o tema. No de abertura do fórum empresarial, o presidente afirmou que a matriz energética brasileira é limpa e os números serão melhorados ainda mais, uma vez que seu governo dá prioridade à geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel

"Somos detentores de um patrimônio natural único em termos de florestas, biodiversidade e água doce. Esta condição nos torna responsáveis pela gestão de riquezas cuja preservação e exploração sustentável, de forma inclusiva, é imperativo nacional", continuou Lula.

"Estamos lançando as bases para a reindustrialização do país com empreendimentos com menos poluentes, com maior densidade tecnológica e com geração de empregos verdes e de qualidade."

"O Brasil voltou ao cenário internacional para contribuir no enfrentamento dos desafios do nosso planeta, como a crise das mudanças climáticas e o aumento das desigualdades. Vamos provar, como já fizemos no passado, que é possível produzir e crescer de forma sustentável e eficiente."

No outro pronunciamento, ao lado da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a tática do brasileiro se manteve.

"Ao apresentarmos agora no mês de agosto um programa de desenvolvimento do Brasil, estará incluído nesse programa um grande programa de transição energética. Programa esse que nós queremos convidar a União Europeia a participar, porque será possivelmente o mais profundo programa de transição energética feito nessa época num país em desenvolvimento."

"O Brasil, todo o mundo sabe, vai cumprir com sua parte na questão do clima. Nós temos um compromisso com o desmatamento zero na Amazônia até 2030. Esse é um compromisso assumindo antes, durante e depois de uma campanha política", disse

Lula.

Queremos trabalhar de mãos dadas para os desafios dos novos tempos. Nossa ambição é resolver quaisquer diferenças e chegar a acordos de benefícios mútuos

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50341&anchor=6480402&maxTouch=0&_ga=2.197942767.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=77962387c2ce36a6ffa4af36823a6a8c

Rússia eleva imposto sobre petróleo

A Rússia decidiu aumentar o imposto sobre exportação de petróleo para compensar a queda nas vendas no exterior - uma medida que já teve suas consequências.

A Índia começou a negociar com exportadores do Oriente Médio para ter opções de compra.

A elevação da taxa, que as empresas petrolíferas pagam ao Estado russo, passará a vigorar no próximo mês e atingirá o nível mais alto deste ano, numa tentativa de Moscou de atenuar parcialmente o efeito dos cortes na produção no orçamento do país. A Rússia prometeu reduzir as exportações para mercados estrangeiros em 500 mil barris por dia a partir de agosto.

A taxa vai aumentar para US\$ 16,90 por tonelada em agosto, alta de 8,3% em relação a julho, informou o Ministério das Finanças em **comunicado** ontem. Isso equivale a cerca de US\$ 2,3 o barril com base na taxa de conversão de 7,33 barris por tonelada.

Os **impostos** sobre o petróleo são uma importante fonte de receita para o orçamento da Rússia, que está sob pressão devido ao custo da guerra na Ucrânia. Embora o imposto de exportação seja apenas um dos **tributos** pagos pela indústria petrolífera do país e represente só uma fração da receita total do petróleo, o aumento de agosto compensará um pouco a queda nas vendas no exterior.

Ao lado da China, a Índia tem sido a principal compradora de petróleo russo desde a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187605>